

2014 ESTADO DE RONDÔNIA BALANÇO GERAL



Volume 1

*Relatório Técnico
Sobre a Prestação
de Contas*



Estado de Rondônia
Secretaria de Finanças
Superintendência de Contabilidade

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Wagner Garcia de Freitas

SECRETÁRIO ADJUNTO FINANÇAS

Franco Maegaki Ono

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

José Carlos da Silveira

ASSESSORES DO SUPERINTENDENTE

David Humberto Reyes Ortiz de La Veja

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré

Marivaldo Vaz Rodrigues

DIRETORIA CENTRAL DE CONTABILIDADE - DCC

Rosilene Locks Greco

ASSESSORAS DA DCC

Francimary Sena da Silva

Luísa Rocha Carvalho Bentes

Rosana de Araújo Fernandes

DIRETORIA DE NORMAS E ACOMPANHAMENTO FISCAL - DNAF

Fábio Heleno Costa

ASSESSORES DA DNAF

Francisco Lopes de Paiva Filho

Sebastião Ramires

Luiz Alberto Rodrigues

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Gerência de Controle da Dívida Pública - GCDP

Gerência de Controle de Contas Banc. do Tesouro - GCBT

Gerência de Administração e Finanças - GAF

Gerência Geral de Finanças - GGF

Coordenadoria da Receita Estadual – CRE

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

David Humberto Reyes Ortiz de La Veja

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré

Fábio Heleno Costa

Francimary Sena da Silva

José Carlos da Silveira

Luísa Rocha Carvalho Bentes

Nicandro Ernesto de Campos Neto

Marivaldo Vaz Rodrigues

Rosilene Locks Greco

Sebastião Ramires

EQUIPE DE SUPORTE CONTÁBIL

Ana Rita de Oliveira Ferreira Silva

Aparecida Ferreira Queiroz Matos

Carlos Henrique de Jesus Lobato de Souza

Cely Oliveira de Lima

Ednadir Dantas Santos

Elinete Pereira Moraes

Emiliano de Sousa Marinho Filho

Henderson Acosta Bragança

Inês Brasil Mejia Batista

Iracema Rodrigues Cataca Rodrigues

João Henrique Lima

Jonas Nink Barros

Manoel Ribeiro de Queiroz

Maria Araújo Torres

Maria do Socorro Pereira Ribeiro da Mota

Maria Luiza Lopes Costa

Maria Vera Lúcia Alves da Silva

Mirian Sousa da Silva Motta

Orlando Vieira da Costa

Sarah Carolina Santos Silva

Silas Pinho Ladislau

Vaste Julien

INFORMAÇÕES

contabilidade@sefin.ro.gov.br

Fones XX 69 3216-5096/3223-4141



ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
Superintendência de Contabilidade
Centro Político Administrativo
Farquhar, s/n, Curvo III, 6º Andar
Porto Velho – RO

Apresentação

Este Balanço demonstra os resultados contábeis do Estado de Rondônia no exercício de 2014 e constitui a prestação de contas do último ano do primeiro mandato do Excelentíssimo Governador, Sr. Confúcio Aires Moura, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 65, inciso XIV, da Constituição Estadual.

A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral é da Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Estado de Finanças, núcleo técnico do órgão central do Sistema de Contabilidade do Poder Executivo Estadual.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Administração para Estados e Municípios – SIAFEM e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência na elaboração do Balanço, procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos, contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais.

Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

VOLUME 1
Relatório Técnico sobre a
Prestação de Contas do
Exercício de 2014

Apresenta os aspectos social, econômico, administrativo e financeiro do Estado de Rondônia, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as notas explicativas, bem como os indicadores para análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

VOLUME 2
Demonstrativos do
Balanço Geral do Estado

Apresenta os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas demais normas legais, os encaminhamentos das audiências públicas e o Relatório de Desempenho da Arrecadação.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à egrégia Corte de Contas.

Insta esclarecer que o Relatório da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão sobre as atividades desenvolvidas no período e o Relatório da Controladoria Geral do Estado seguem com a prestação de contas em volumes separados deste Balanço Geral.

Além da legislação vigente, a Superintendência de Contabilidade preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2014 dos servidores da Superintendência e voluntários que compõem o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis – GTCON/RO. Este reúne servidores das diversas unidades gestoras visando a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas.

Vale ressaltar que a Superintendência de Contabilidade Geral vem implementando de forma gradativa as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2014, em especial no Volume I, com destaque à implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que se deu desde janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada à Portaria nº 828/11 da Secretaria do Tesouro Nacional, que determina aos Entes da Federação a adoção do novo PCASP para o ano de 2014.

Procurando facilitar a visualização, a compreensão e o controle da gestão fiscal, também foram disponibilizados indicadores com análises gráficas das receitas e despesas, o que possibilita a interatividade e a comparabilidade das informações.

Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2014 estará disponível, na íntegra, no Portal da Transparência (www.transparencia.ro.gov.br).

Os volumes impressos estarão disponíveis na Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Superintendência de Contabilidade está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Rondônia no exercício de 2014.

Superintendência de Contabilidade

2014 Estado de Rondônia Balanço Geral

Volume 1 RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2014

▶ RONDÔNIA	
ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	07
2014 – O ano centenário da Expedição Rondon-Roosevelt	07
O Estado	08
Aspectos Sociais	10
Aspectos Econômicos	22
Aspectos Administrativos	24
Aspectos Financeiros	27
▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	29
Balanço Patrimonial	30
Balanço Orçamentário – Receitas	33
Balanço Orçamentário – Despesas	34
Balanço Financeiro	37
Demonstração das Variações Patrimoniais	39
Demonstrativo de Fluxo de Caixa	41
Demonstrativo da Dívida Flutuante	43
▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	44
1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	45
2 Resumo das principais Práticas Contábeis	46
3 Precatórios	48
4 Transferências Para os Municípios	48
5 Quadro Demonstrativo da Disponibilidade Financeira x cumprimento do art. 42 da LRF	49
6 Provisões Matemáticas Previdenciárias	53
7 Deduções da Receita Corrente	54
8 Dívida Ativa	54
9 Passivos Judiciais	54
10 Comparabilidade	54
11 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	55
12 Balanço Financeiro	55
▶ ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	58
1 Indicadores do Balanço Patrimonial	61
2 Indicadores da Execução Orçamentária	62
3 Indicadores do Balanço Financeiro	63
4 Indicador das Variações Patrimoniais	64
▶ INDICADORES DE GESTÃO	65
Receita Bruta	66
Receita Tributária – Arrecadação de Tributos Estaduais	67
Receita Tributária - Comportamento da Arrecadação do ICMS	68
Transferências Recebidas	69
Evolução das Despesas com Pessoal – Consolidado	70

Gasto com Pessoal Sem Encargos – Poderes	71
Gasto com Pessoal – Servidores Ativos – Poder Executivo	72
Pagamento da Dívida Pública	73
Despesas por Grupo de Natureza – Consolidado	74
Orçamento Autorizado, Receita Realizada e Despesa Executada	75
▶ CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
▶ LEGISLAÇÃO BÁSICA	79

2014

O Ano Centenário

da Expedição Rondon-Roosevelt

Em atendimento à solicitação do ex-presidente americano Theodore Roosevelt, o Marechal Cândido Rondon, após descobrir um rio em uma expedição para instalação de uma linha telegráfica, empreendeu nova jornada denominada “Expedição Científica Rondon-Roosevelt”.



Esta ocorreu sob a liderança destes que a nominaram, ao longo do curso do “Rio da Dúvida” (o atual Rio Roosevelt), cuja chegada às suas margens datou de 27 de fevereiro de 1914. Seu encerramento deu-se em 30 de abril de 1914, na confluência dos rios Castanho e Aripuanã.

Foto: Roosevelt e Rondon.

Fonte: <http://www.projetomemoria.art.br>

oria.art.br

O objetivo era percorrer a selva às margens da Bacia Amazônica, para pesquisa e coleta de espécies da fauna e flora da região.

Estas foram posteriormente enviadas para o Museu Americano de História Natural.

A experiência foi descrita pelo ex-presidente no seu livro “Nas Selvas do Brasil”.



Imagem: Selo Comemorativo da Expedição
Fonte: SETUR/RO.

Em 2014, comemora-se o centenário desta expedição de grande importância para a História do Estado de Rondônia, quando foi explorado, pela primeira vez, seu território, com mais de mil quilômetros de trajeto percorridos a bordo do paquete Nioaque, a pé e em canoas.

O Estado

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e sua cultura.

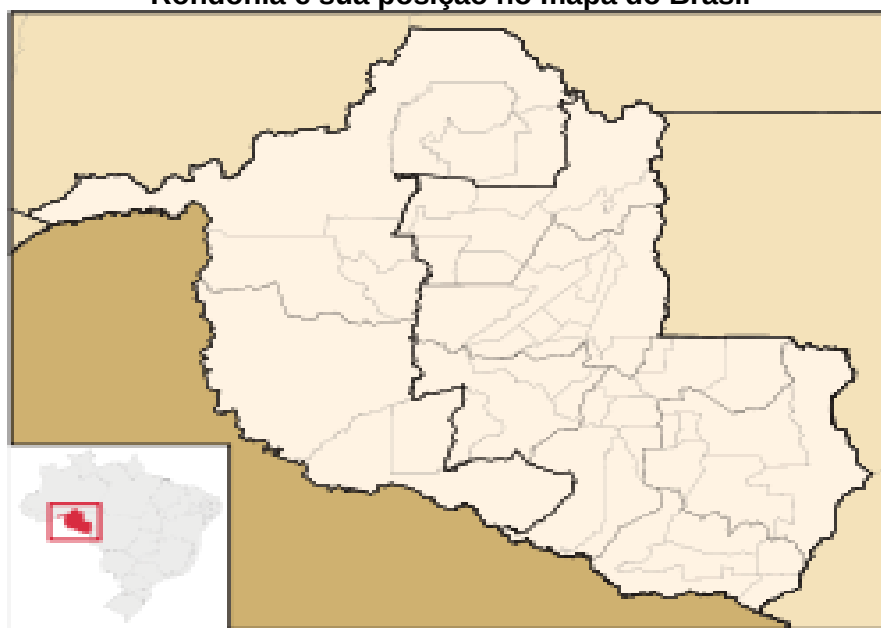


RONDÔNIA está situado na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso a leste, Acre a oeste, Amazonas ao Norte e República da Bolívia ao Sul.

O Estado de Rondônia possui a área de 237.590,547 quilômetros quadrados, o equivalente ao território da Romênia e quase cinco vezes maior que a Croácia. É formado por 52 municípios, dispostos conforme o mapa

apresentado abaixo.

Rondônia e sua posição no mapa do Brasil



Sua população estimada para 2014 era de 1.748.531 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A capital e município mais populoso é Porto Velho.

Rondônia tem como principais cidades Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Rolim de Moura e Vilhena.

Município	População	Área territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Ariquemes	102.860	4.426,57	23,24
Cacoal	86.556	3.792,80	22,82
Guajará Mirim	46.203	24.855,72	1,86
Jaru	55.669	2.944,13	18,91
Ji-Paraná	129.242	6.896,74	18,74
Porto Velho	494.013	34.096,39	14,49
Rolim de Moura	55.807	1.457,89	38,28
Vilhena	89.797	11.518,94	7,80

◀ **Densidade Demográfica em julho de 2013**
Fonte: IBGE

A densidade demográfica do Estado é de 6,58 habitantes por quilômetro quadrado. Rolim de Moura se destaca como o município de maior densidade demográfica.

Mesmo considerado um Estado jovem, criado em 1982, figura como o terceiro estado mais rico da região Norte, responsável por 11,7% do PIB da região.

É, ainda o terceiro melhor no Índice de Desenvolvimento Humano, o segundo maior PIB per capita, a segunda menor taxa de mortalidade infantil e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país, além da segunda maior teledensidade do Brasil.

Rondônia registra a menor incidência de pobreza, o melhor desempenho na avaliação do PISA 2009, entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste, a quarta melhor distribuição de renda de todo o Brasil e o melhor fora da Região Sul do país.

No sítio do Estado de Rondônia, <http://www.ro.gov.br>, são encontrados dados mais abrangentes sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os seus atrativos turísticos.



► Saúde

A saúde pública tem sido a grande prioridade para o Governo do Estado. Enquanto o país registrou uma perda de quase 13 mil leitos na rede pública de saúde, entre janeiro de 2010 e julho 2013, de acordo com o levantamento feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Rondônia esteve na contramão, figurando como o Estado que mais aumentou o número de leitos no período.

**Número de
Leitos
por unidade,
2010 e 2013.**
Fonte: SESA/2015.
Obs.: (*) Serviço
inaugurado
em maio de 2013

UNIDADE HOSPITALAR	NÚMERO DE LEITOS		
	2010	2013	% de Cresc.
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro	459	611	33%
Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II	137	152	11%
Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos UTI) *	-	35	100%
Centro de Medicina Tropical de Rondônia-CEMETRON	92	93	1%
Hospital Infantil Cosme e Damião	59	126	114%
Hospital Regional de Extrema	30	32	7%
Hospital Regional de Cacoal	162	191	18%
Hospital Regional de Buritis	30	32	7%
Hospital Regional de São Francisco	-	35	100%
Total	969	1.307	34,8%

Em recente pesquisa realizada nas unidades estaduais integradas ao programa de melhoria da qualidade no atendimento e na humanização, evidenciou-se alto grau de satisfação dos pacientes com o atendimento.

Ressalte-se que o Hospital do Câncer, inaugurado na gestão atual, em parceria com a Fundação Pio XII, tem contribuído para uma significativa redução de custos no Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).



A Secretaria responsável pelo gerenciamento dos serviços de alta densidade tecnológica em saúde no Estado é a SESA, a quem compete, também, a cooperação técnica e financeira para o aperfeiçoamento da gestão compartilhada.

A gestão compartilhada é ferramenta que tornou possível identificar as prioridades em investimentos, com foco no atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

O novo momento dos serviços de saúde é creditado aos investimentos expressos inclusive com a implantação do Sistema de Atendimento Médico Domiciliar (SAMD) e de 35 leitos por intermédio do serviço 24 horas do programa de Assistência Médica Intensiva.

Com investimento de R\$ 1,8 milhão de compensação do Consórcio Santo Antônio Energia, o Estado está equipando e preparando o Hospital de Base para torná-lo a maior unidade de saúde da Região Norte em atendimento de alta complexidade.

O Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro é uma unidade hospitalar de grande porte, com 611 leitos, distribuídos em 17 clínicas. Este realiza atendimento em regime de internação, por demanda espontânea e referenciada em 32 especialidades.

A preocupação do Governo em melhorar ainda mais o atendimento da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é constante: construção e ampliação de hospitais, aquisição de equipamentos de última geração, contratação de profissionais capacitados para atender a demanda da população do Estado.

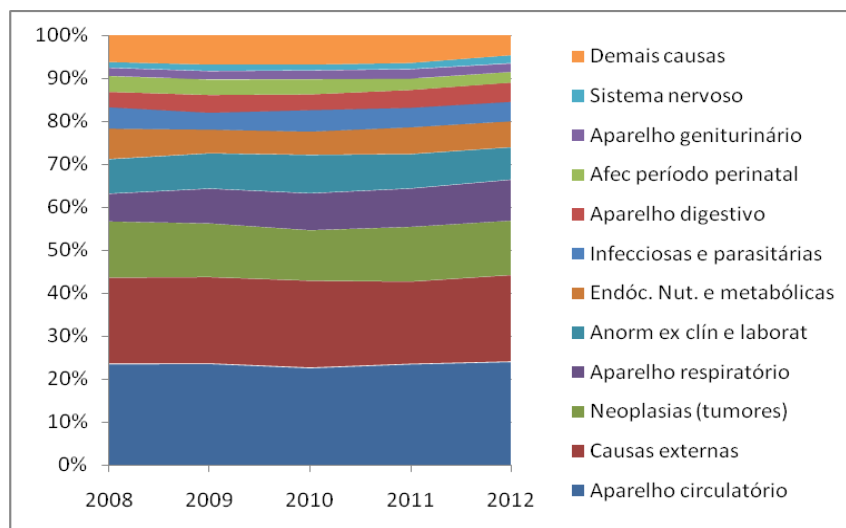
O fluxo de pessoas procurando para atendimento no HB é grande. Diariamente são atendidos 50 novos pacientes. Atualmente, este conta com 10 salas cirúrgicas, onde se realizam 670 procedimentos por mês, tais como, oncológicos, joelho, coluna, ginecológicos, histerectomias, transplantes, medicina nuclear entre outros.

Dados parciais revelam acréscimo significativo na capacidade de internações em 2013 em relação a 2012, conforme quadro a seguir.

Número de internações por unidade, 2012 e 2013.
Fonte: SESAU/2013.
Dados Parciais
Obs.: (*) Serviço inaugurado em maio de 2013

UNIDADE HOSPITALAR	NÚMERO DE INTERNAÇÕES	
	2012	2013
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro	15016	19424
Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II	10.010	11.996
Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos UTI) *	-	185
Centro de Medicina Tropical de Rondônia-CEMETRON	2.173	2.125
Hospital Infantil Cosme e Damião	3.439	4.803
Hospital Regional de Cacoal	3.477	5.376
Total	34.115	43.909

Analisando o perfil de mortalidade no estado, nota-se que as doenças do aparelho circulatório constituem a primeira causa de mortalidade no estado, seguida das causas externas, do aparelho respiratório e das neoplasias, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



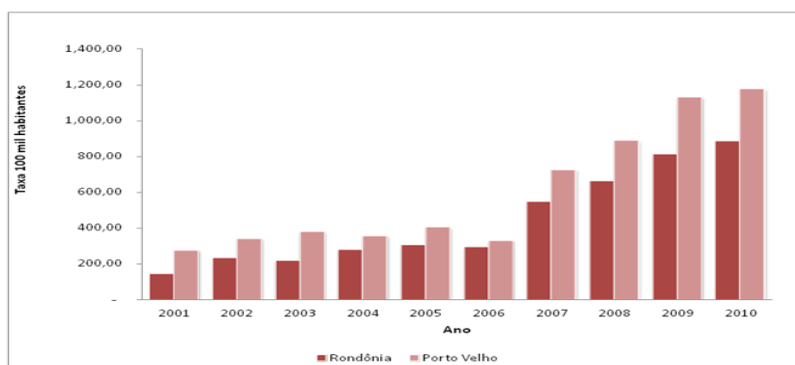
Mortalidade Proporcional, Rondônia 2008 a 2012.
Fonte: SIM/Datasus. Dados acessados em 04.02.15

Como outros fatores de vulnerabilidade, destacam-se os acidentes de trânsito com vítima, que têm como principal fator de risco o aumento de veículos nas cidades nas últimas décadas.

O DETRAN registrou, em 2010, mais de 1.200 acidentes com vítimas por cada 100.000 habitantes na capital. No período de 2003 a 2011, houve um crescimento de 61% no número de

acidentes no Estado. Em 2003, 57% dos acidentes envolviam motocicletas, já em 2011 este percentual eleva-se para 66%.

**Taxas de
acidentes de
trânsito com,
vítimas,
RO e PVH,
2012 e 2013.**
Fonte: Renavam.



Estes dados são corroborados pela distribuição das internações hospitalares por faixa etária na região, visto que o maior número de acidentes acomete pessoas na faixa etária de 20 a 59 anos, representando o elevado percentual de 70%.

Registre-se, também, que é expressivo o crescimento de acidentes de trânsito, atingindo pessoas da terceira idade.

Dos programas de governo em saúde, destaca-se o “Mãezinha Rondoniense”. Este faz parte do Plano FutuRO, com o objetivo de melhorar a atenção ao pré-natal e ao parto no Estado, além de oferecer condições reais e práticas para que a grávida tenha um pré-natal seguro e bem atendido.

Neste programa, a grávida é cadastrada e submetida a um planejamento pré-natal seguro, há fornecimento de enxoval para mães de baixa renda e até mesmo a concessão de passagem de ônibus para a realização de exames na rede pública municipal, estadual ou credenciada.

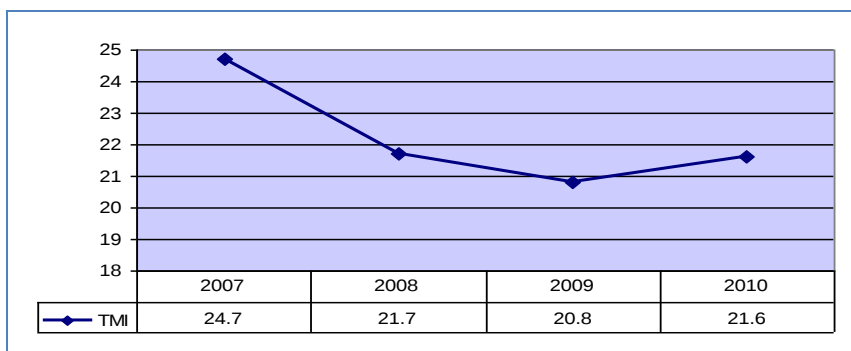
De acordo com levantamento efetuado entre 2007 e 2010, Rondônia já figurava com a melhor proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, da Região Norte, conforme quadro a seguir.

**Proporção de
Nascidos vivos
de mães com 7
ou mais consultas
de pré-natal
2007 a 2010.**

Fonte: Ministério da Saúde, SINAC.
Nota, Dados de 2010 preliminares.

Região/unidade federada	2007	2008	2009	2010
Brasil	55,82	56,98	57,86	60,54
Região Norte	31,11	31,02	33,27	36,66
Rondônia	34,51	39,70	44,95	49,25

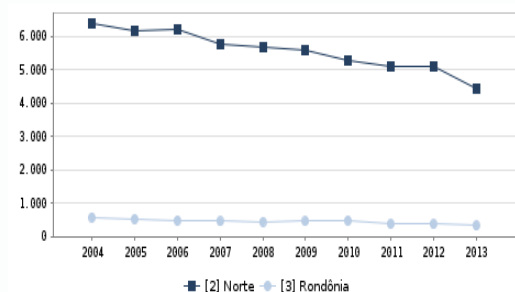
Assim, o intuito do Programa “Mãezinha Rondoniense” é reduzir ainda mais a mortalidade materna e neonatal, melhorando os indicadores junto ao Ministério da Saúde. A Taxa de Mortalidade Infantil - TMI de Rondônia, conforme mostra o gráfico a seguir, no período de 2007 a 2010, permanecia acima de 20 óbitos por 1000 NV.



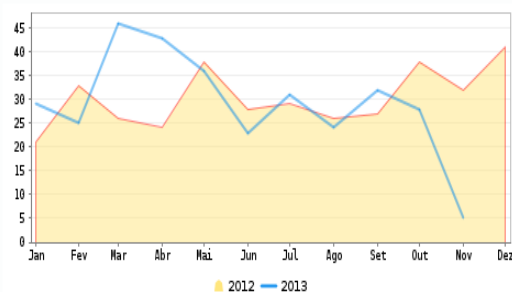
Taxa de Mortalidade Infantil, RO, 2007 a 2010.
 Fonte: MS/SVS/DASIS/CGIAE/SIM/SINASC.

Entretanto, observa-se queda no período de 2007 a 2009, evidenciando redução nas taxas de óbitos e melhora nas de nascimentos.

Os dados a seguir mostram os óbitos infantis no período de 2004 a 2013, os quais mostram tendência de redução.

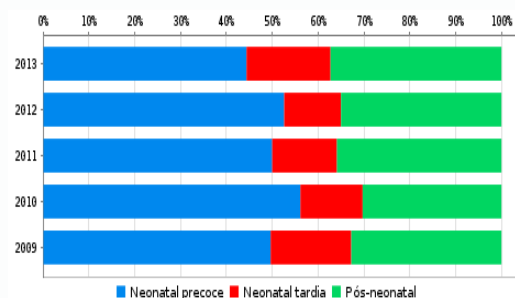


Número de óbitos infantis (masculinos e femininos) notificados, no ano selecionado e últimos nove anos precedentes.
 [2] Região [3] Unidade Federativa
 Fonte: SIM - Dezembro de 2013



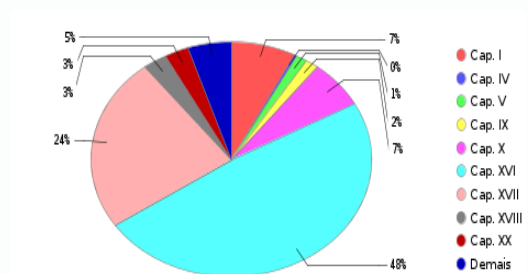
Número de óbitos infantis (masculinos e femininos) notificados, por mês de ocorrência no ano selecionado e no último ano precedente.
 Fonte: SIM - Dezembro de 2013

► N° de óbitos segundo grupo etário e ano



Número de óbitos infantis (masculinos e femininos) notificados, no ano selecionado e últimos quatro anos precedentes, segundo grupo etário.
 Fonte: SIM - Dezembro de 2013

► N° de óbitos segundo capítulo da CID10



Número de óbitos infantis (masculinos e femininos) notificados, no ano selecionado, segundo capítulo da CID10.
 Fonte: SIM - Dezembro de 2013

Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal.
 Fonte: Ministério da Saúde.
 Dados parciais. Acessados em 20/02/14.



► Educação

Em 2014, foram aplicados aproximadamente R\$ 1,183 bilhão (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos mais de 250 mil alunos que estudam nas 436 escolas da rede pública estadual de ensino.

Entre as principais ações do período, destacam-se:

- a) 11 escolas com reformas gerais em 09 municípios;
- b) 24 escolas com reformas gerais e ampliações em 19 municípios;



*Reforma geral e ampliação da Escola Branca de Neve (Porto Velho)



* Escola Murilo Braga (Porto Velho)

- c) 05 construções de quadras poliesportivas;
- d) Portal do Aluno: Para acompanhamento de frequência e notas escolares de seus filhos, os pais deverão fazer o cadastro no sistema para receber a senha de acesso

ATENÇÃO PAIS

O Portal do Aluno já está liberado para acesso.
Acompanhem a frequência e as notas escolares de seus filhos pelo o sistema.

#TecnologianaEducaçãoRO

Secretaria de Estado da Educação

e) 162 escolas com reformas elétricas;

Programa de Eficiência Energética

Reestruturação elétrica



f) Transporte escolar em 44 municípios;

g) Escolas indígenas:

Construção de 20 Escolas Indígenas



h) adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, atendendo 20.841 alunos;

i) Projeto Salto presente em 41 municípios, 108 escolas, atendendo 3.885 estudantes, com 176 professores;

j) Gestão democrática: eleição de diretores em 321 escolas;

l) Educação Integral Guaporé: 19 escolas, 13 municípios contemplados e 11.022 alunos atendidos;



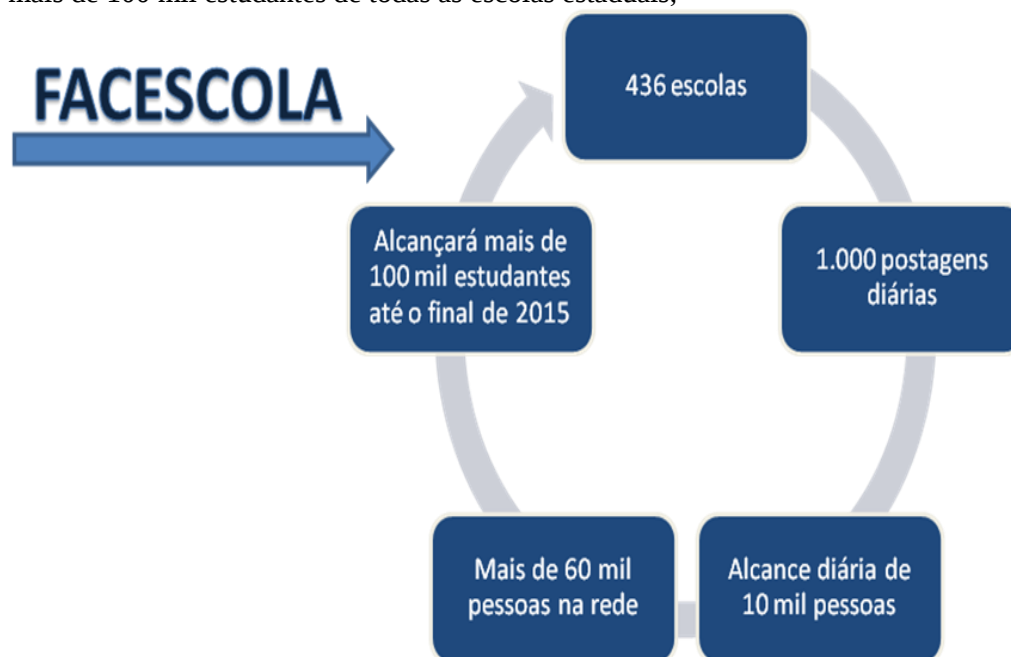
**Escolas de Educação Integral.*

m) Lançamento da Escola Pay Gap em Ji-Paraná:

n) Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio: adesão de 99,1% do total de escolas de ensino médio e 221 instituições cadastradas no censo de 2013, 3.568 professores, 128 coordenadores pedagógicos, distribuídas nas zonas rurais e urbanas;

o) Instituto Estadual de Educação Abaitará: localizado no município de Pimenta Bueno, foi criado pela Lei Nº 732 de 03 de outubro de 2013 pelo Governo do Estado de Rondônia, e regulamentado pelo Estatuto DECRETO N. 18.463, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, objetivando desenvolver alunos empreendedores com foco na sustentabilidade agroecológica;

p) Facescola: lançada no dia 31/03/14, a Facescola está levando conteúdo educativo para mais de 100 mil estudantes de todas as escolas estaduais;



q) Pronatec – Cursos de Formação Inicial e Continuada e Cursos Técnicos, atendimento 21.082, 30.089 e 13.378 estudantes em 2012, 2013 e 2014, respectivamente;

r) Criação das patrulhas escolares;

s) Projeto Açaí II - formação em Magistério a professores indígenas, visando o desenvolvimento de habilidades próprias ao exercício docente na Educação Infantil e nas séries iniciais linguística, intercultural e histórica de cada etnia.



**Projeto Açaí II: Formados aptos a lecionar para primeira fase do ensino fundamental.*

x) Conexão Mundo: promoção de viagens de intercâmbio cultural aos Estados Unidos a estudantes e professores acompanhantes, com continuidade em 2015. A ação é realizada em parceria com o Sesi/Senai e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).



**Conexão Mundo*



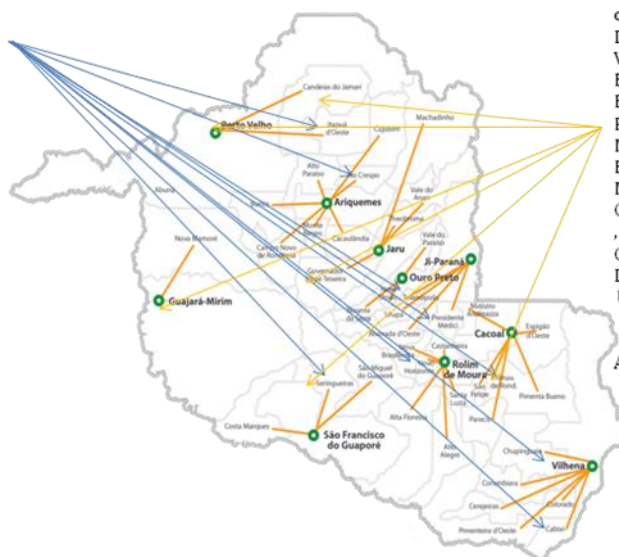
► Infraestrutura

Em 2014, o governo estadual manteve investimentos em obras de asfaltamento e restauração de rodovias asfaltadas, bem como para a manutenção de toda a malha viária estadual não pavimentada (estradas de chão), com o Projeto Estradão.

Obras de Asfaltamento concluídas

Metas realizadas : 14 Municípios:

Rolim de Moura;
Vilhena;
Itapua;
Cabixi;
Presidente Médici;
Seringueiras;
São Miguel do Guaporé;
Rio Crespo ;
Teixeirópolis;
Mirante da Serra;
São Felipe;
Novo Horizonte;
Governador Jorge
Teixeira, Primavera de Rondônia;



Obras de Asfaltamento concluídas

Metas realizadas 12

Distritos:

Vila Samuel;
Bandeira Branca;
Estrela de Rondônia;
Riachuelo;
Novo Planalto;
Bom Sucesso;
Novo Paraíso;
Querência do Norte;
Migrantenópolis;
Colina Verde;
Distrito Iata;
União Bandeirantes;

Total de 1.061 Ruas Asfaltadas

46 Municípios tiveram ruas asfaltadas até 2014:

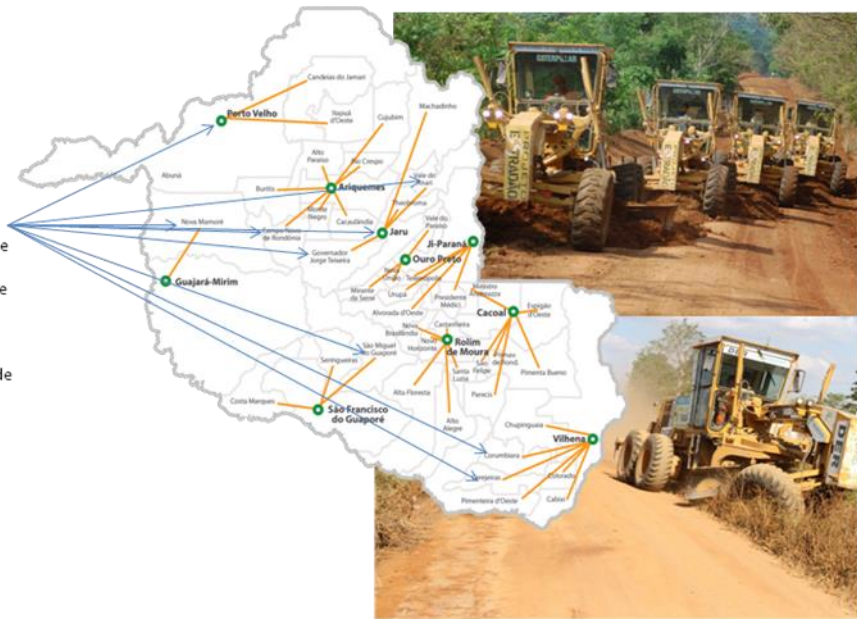
- | | |
|-------------------------|----------------------------|
| ▪ Porto Velho | ▪ Santa Luzia |
| ▪ Cacaulândia, | ▪ Novo Horizonte |
| ▪ Monte Negro | ▪ Nova Brasilândia |
| ▪ Buritis, | ▪ Alvorada do Oeste |
| ▪ Jaru | ▪ São Francisco do Guaporé |
| ▪ Vale do Anari | ▪ Chupinguaia |
| ▪ Theobroma | ▪ Vilhena |
| ▪ Machadinho | ▪ Colorado |
| ▪ Ouro Preto | ▪ Cerejeiras |
| ▪ Urupá | ▪ Corumbiara |
| ▪ Ji-Paraná | ▪ Pimenteiras |
| ▪ Cacoal | ▪ Costa Marques |
| ▪ Ministro Andreazza | ▪ Guajará-Mirim, |
| ▪ Espigão do Oeste | ▪ Nova Mamoré, |
| ▪ Pimenta Bueno | ▪ Ariquemes, |
| ▪ São Felipe | ▪ Rio Crespo |
| ▪ Parecis | ▪ Alto Paraíso |
| ▪ Primavera de Rondônia | ▪ Teixeirópolis |
| ▪ Castanheiras | ▪ Vale do Paraíso |
| ▪ Alta Floresta | |
| ▪ Alto Alegre | |

Destaque-se, ainda, o apoio que o governo estadual prestou aos municípios, com a recuperação de estradas de chão, por meio dos projetos Corujão e Mão Amiga.

Com o **Projeto Mão Amiga**, o Governo disponibiliza para as prefeituras, uma patrulha mecanizada, com toda a equipe de servidores do DER, para recuperação das estradas de responsabilidade das prefeituras.

Foram recuperados 6.806 km em 12 Municípios

- Governador Jorge Teixeira (recuperados 600 km de estradas)
- Guajará-Mirim (recuperados 600 km de estradas)
- Nova Mamorê (recuperados 600 km de estradas)
- Vale do Anari (recuperados 1.050 de estradas)
- Tarilândia (Jaru, recuperados 450 km de estradas)
- Distritos de Jacinópolis (Nova Mamorê), Rio Pardo e Marco Azul (Porto Velho) recuperados 400 km de estradas)
- Cerejeiras (recuperados 400 km de estradas)
- Corumbiara (recuperados 800 km)
- São Francisco do Guaporé 800 km - Seringueiras – recuperados 800 km de estradas
- Campo Novo – 506 km recuperados.



► Turismo

Rondônia é o segundo Estado mais jovem do Brasil. Graças às suas manifestações culturais e belezas naturais, se tornou também um grande atrativo para o turismo brasileiro, em especial, para o ecoturismo. Rica em fauna e flora, a região encanta os visitantes que apreciam visitas a patrimônios históricos ou aventuras mais radicais.

De trekkings pela Floresta Amazônica ou no pantanal rondoniense, a mergulhos e rapel, a região, que foi palco da série Global “Mad Maria”, é um cenário abençoado pela natureza.

Em apresentação, o Estado divide-se em dois pólos turísticos: Porto Velho e Guajará Mirim.

O Pólo Turístico de Porto Velho é o ideal para quem busca, num passeio, desfrutar desde um turismo histórico-cultural até a pesca e o ecoturismo em bases comunitárias. Em termos de aventura, as corredeiras do Rio Machado são especiais para a prática do rafting - níveis II a V, da canoagem e do bóia-cross.

O rio também é próprio para a pesca esportiva e possui boas opções de pousadas para hospedagens integradas à natureza. A descida pelas corredeiras do rio é o grande atrativo em função da beleza do local, aliada à emoção do percurso cheio de corredeiras. Ressalte-se, ainda, o Último Tombo do Rio Machado, cachoeira visitada diariamente por turistas de todo o mundo.

O Pólo Guajará Mirim destaca-se pela pesca esportiva no Rio Mamoré e nos seus afluentes, pelas trilhas dentro da Floresta Amazônica, pelas visitas a comunidades caboclas e indígenas e pela visita à Bolívia para compras e hospedagem integrada à natureza.

Com sua beleza única, em função da fauna e da flora, é possível fazer um rapel de 120 metros num paredão na cordilheira dos Pacaás Novos, até o rio que leva o mesmo nome, lugar ideal para um mergulho em meio aos peixes da região.



► Qualidade de Vida

Uma das características marcantes da atual gestão está na qualidade de vida.



Neste aspecto, destaca-se o Plano FutuRO, com investimento de R\$ 1 bilhão pelo Governo de Rondônia, destinado a mais de 300 mil rondonienses que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, incluindo as famílias moradoras da região do Vale do Guaporé e as famílias extrativistas das reservas. O programa vai executar diversos projetos que contemplam ações de transferência de renda, acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva e tecnológica, além do reforço a programas de enfrentamento à violência e à exploração sexual, à prevenção e ao combate do uso de drogas e à erradicação do trabalho infantil.

Os principais programas e ações do Plano FutuRO são:

Bolsa FutuRO - Parceria do Governo do Estado, por meio da SEAS, com o Ministério do Desenvolvimento Social, visando erradicar a extrema pobreza no estado de Rondônia por meio da transferência de renda, elevando a renda de mais de 35 mil famílias que vivem hoje com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês. Através desta iniciativa, o Governo do Estado vai complementar a renda do beneficiário do Programa Bolsa Família com valores que variam de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). São beneficiários aqueles que, mesmo após receberem o benefício do Bolsa Família, continuam na linha da extrema pobreza.



Bolsa FutuRO Jovem - Uma parceria da SEAS com a SEDUC e com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da população rondoniense. Manter sistema educacional regular aos jovens de 15 a 21 anos para concluírem o Ensino Médio, concedendo bolsas que serão depositadas anualmente em conta-poupança (R\$ 1.800,00 ao final de 3 anos), ao aluno beneficiário devidamente aprovado no ano letivo, como incentivo financeiro para as populações vulneráveis às drogas e à criminalidade, atendendo prioritariamente ao público extremamente pobre.

Morada Nova - Programa destinado tanto para a construção de casas populares, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, como para a construção de casas populares na áreas urbana e rural. A meta é superar as 5.359 unidades destinadas para Rondônia nos três anos de execução.



Outros destaques são: os **Restaurantes Comunitários**, a **Nota Legal Rondoniense** e o **Morada Legal**.



Aspectos Econômicos

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a indústria alimentícia e o extrativismo vegetal e mineral.

Na última divulgação do PIB dos Estados pelo IBGE, o de 2011, Rondônia registrou a importância de R\$ 27,8 bilhões, um crescimento de 18,3% em relação ao ano anterior, enquanto que o nacional foi de apenas 2,7%.

Sua participação no PIB brasileiro passou para 0,67% e de 12,45% da Região Norte em 2011.

Região/Unidade Federada	PIB (1.000.000 R\$)	PIB per capita R\$)
Brasil	4.143.013	21.535,65
Norte	223.538	13.888,49
Rondônia	27.839	17.659,33
Acre	8.794	11.782,59
Amazonas	64.555	18.244,30
Roraima	6.951	15.105,86
Pará	88.371	11.493,73
Amapá	9.968	13.105,24
Tocantins	18.059	12.891,19
Nordeste	555.325	10.379,55
Sudeste	2.295.690	28.350,39
Sul	672.049	24.382,79
Centro-Oeste	396.411	27.829,64

 **PIB dos Estados em 2011**
 Fonte: IBGE

Quanto ao PIB per capita, Rondônia está na vigésima primeira colocação do País, com R\$ 17.659 em valor, ocupando, ainda, a segunda colocação na Região Norte, perdendo apenas para o Estado do Amazonas.

Em relação à exportação, em 2014, Rondônia apresentou um crescimento de 31%, em relação ao exercício anterior, conforme quadro a seguir.

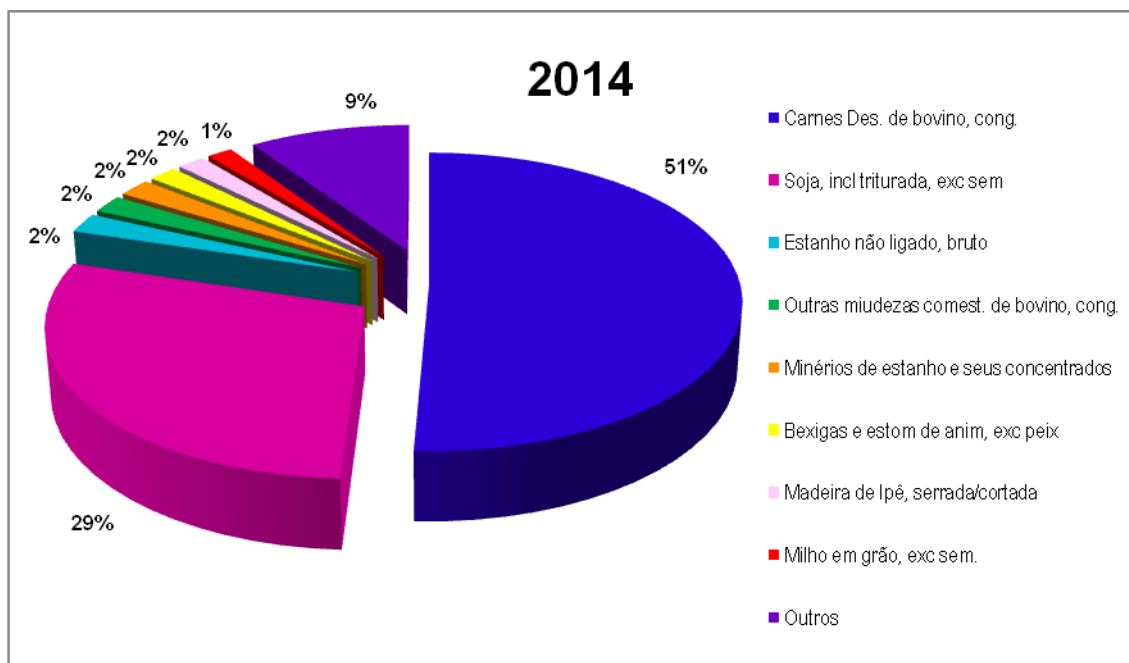
Exportação Brasileira - Rondônia, 2013 e 2014

Fonte: DEPLA/SECEX/MDICE.

Produtos Exportados de Rondônia	2013 US\$	Δ%	2014 US\$
1º Carnes des. de bovino, cong.	535.886.692	2%	548.775.900
2º Soja, incl triturada, exc sem	288.104.635	9%	314.031.258
3º Estanho não ligado, bruto	35.769.949	-36%	22.830.920
4º Outras miud com. de bov cong	20.357.042	2%	20.855.104
5º Minérios de estanho e seus concentrados	15.054.345	38%	20.803.698
6º Bexigas e estom de anim, exc peix	8.180.474	124%	18.315.570
7º Madeira de Ipê, serrada/cortada	11.063.762	62%	17.962.208
8º Milho em grão, exc sem.	25.732.613	-36%	16.347.466
--- Outros	86.533.564	19%	102.608.953
Total	793.023.888	31%	1.040.827.295

Da pauta de exportação, destaca-se a carne bovina congelada, soja, estanho bruto, e miúdos comestíveis.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos principais produtos exportados por Rondônia em 2014.



▲ Principais Produtos Exportados, Rondônia, 2014.

Fonte: DLPA/SECEX/Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.



Aspectos Administrativos

O mandato de 2011 a 2014 foi marcado como de profundas reformas, ações planejadas e de investimentos estratégicos voltados para o crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população rondoniense.

Registre-se, ainda, a edição da Lei Complementar Estadual nº. 733, de 10 de outubro de 2013, quando o Estado efetuou corte de mais mil e oitocentos cargos comissionados, bem como dos maiores valores destes, conversão de cargos de direção superior em funções gratificadas (valorizando os servidores de carreira), fusão de secretarias, entre outras medidas para a redução da máquina administrativa.

► AGIR

Insta ressaltar o trabalho das Agendas Integradas de Resultados – AGIR empreendido pela Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, mantendo a Governadoria em constante monitoramento dos projetos prioritários de governo, nas áreas de: educação; saúde e saneamento; defesa e prevenção social; assistência social; emprego e renda; negócio; sustentabilidade; e gestão pública. Norteadas pelo Planejamento Estratégico (PE) do Governo do Estado de Rondônia, as AGIRs observam os seguintes objetivos:

- 1) Monitorar sistematicamente o alcance das metas e andamento dos projetos e ações prioritárias de forma proativa;
- 2) Identificar eventuais gargalos de processos que possam impactar nos resultados;
- 3) Focar na resolução de problemas críticos;
- 4) Subsidiar o Governador e Secretários na tomada de decisão.

A AGIR é composta de dois tipos de reuniões organizadas pelo Escritório de Gerenciamento de Programas e Projetos – EGPP/SEAE:

- a) Reuniões de Assessoramento – com os gerentes e técnicos envolvidos com os projetos prioritários, a fim de sanar dúvidas acerca da alimentação do Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos (SGPP) e demais esclarecimentos sobre os projetos.
- b) Reuniões de Monitoramento – com o Governador do Estado, os gerentes dos projetos prioritários e os respectivos Secretários.

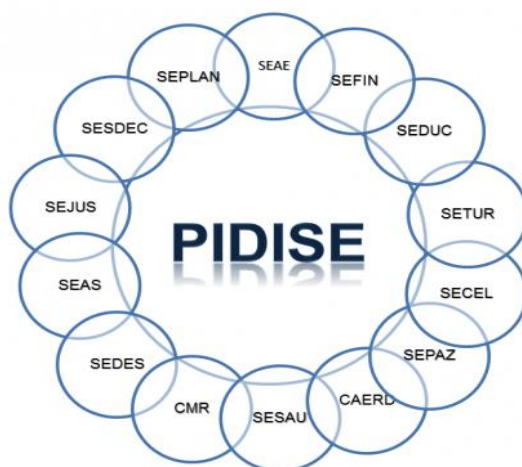
► PIDISE

O Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE tem por objetivo aumentar a capacidade de investimentos do Estado nas áreas consideradas estratégicas, principalmente saúde, educação, segurança pública e gestão, além de atuar como instrumento de integração entre os órgãos do setor público e privado.

Os recursos financeiros tomados pelo governo do Estado somam o valor de R\$ 450.843.366,00, oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para aplicação nas diretrizes abaixo:



Componentes beneficiados pelo PIDISE.



Secretarias envolvidas no processo.

► Contabilidade Estadual

Outra preocupação do Governo do Estado foi o cumprimento das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos em 2013 e 2014 pela Superintendência de Contabilidade, com as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, em conjunto com o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Rondônia GTCON/RO, resultaram na implementação em janeiro de 2013 do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, atendendo de forma antecipada a prazos estipulado pela STN (2014) e na publicação das partes 1 e 2 do primeiro Manual de Procedimentos Contábeis Especiais do Estado de Rondônia.

Outras grandes conquistas foram alcançadas no órgão central de contabilidade, tais como: nomeação dos primeiros contadores do quadro efetivo do órgão; licenciamento do SIAFEM e contratação de sua manutenção técnica junto ao SERPRO; instauração de procedimentos administrativos para aquisição de softwares e hardwares para renovação do parque tecnológico; melhora significativa do ambiente de trabalho, após a mudança para o Centro Político Administrativo e o início da conversão das informações contábeis para disponibilização eletrônica de dados para o TCER.



Conforme o Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64), em 2014 a receita do Estado de Rondônia totalizou R\$ 6,958 bilhões (R\$ 6,289 bilhões em 2013), registrando o aumento de 10,64% em relação ao ano anterior.

As receitas tributárias representaram 50,37% do total arrecadado em 2014 e são divididas, para fins de evidenciação, em arrecadação própria e participação nas receitas da União. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doações - ITCD e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e dívida ativa.

A participação nas receitas da União refere-se aos tributos arrecadados diretamente pelo Governo Federal, definidos em legislação como pertencentes ao Estado, quais sejam, a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a Cota Parte do IPI Exportação e a Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Das receitas arrecadadas, destaca-se o ICMS, a maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2014 o crescimento de 12,1% em relação ao ano de 2013, tendo em vista ingressos atípicos provenientes de decisões judiciais. Entre os demais tributos, no mesmo período, apenas o IRRF apresentou decréscimo (-4,65%), enquanto que o IPVA e os demais tributos apresentaram acréscimo de 87,24% e 13,11%, respectivamente.

Outra fonte importante de receita do Estado são as participações nas receitas da União. O FPE registrou o acréscimo de 9,12% e o IPI de 72,81%, enquanto que os repasses da Lei Kandir (compensação pela desoneração do ICMS das exportações) mantiveram-se no mesmo patamar de 2013, tendo em vista tratar-se de valor fixo.

Conforme determinações constitucionais e legais, parte das receitas arrecadadas devem ser repassadas aos municípios rondonienses e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o que chamamos de “Deduções da Receita”.

Além desses dois repasses, também são consideradas deduções as restituições de receitas aos contribuintes, em virtude de recolhimentos indevidos.

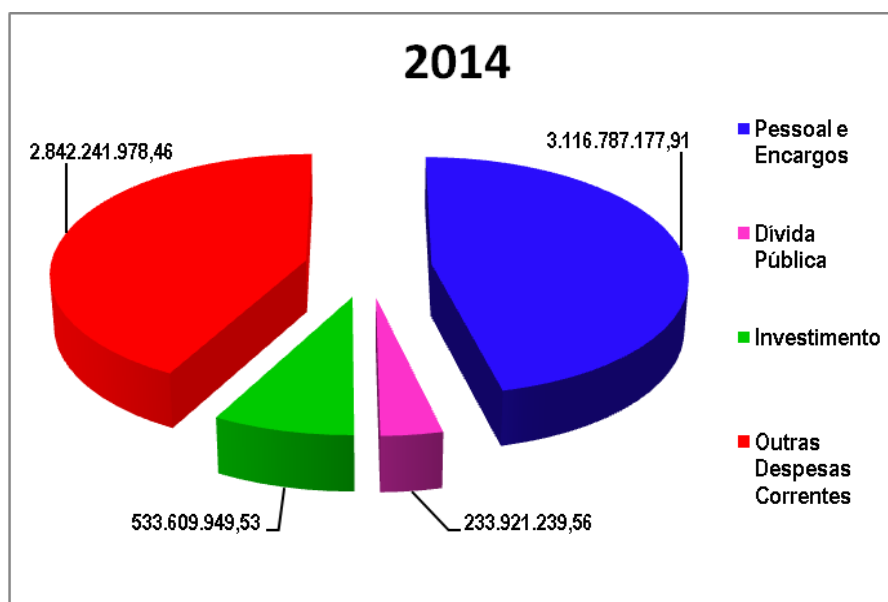
Do total arrecadado em 2014, o Estado repassou aos municípios rondonienses R\$ 872 milhões e ao FUNDEB R\$ 889 milhões. Com isso, a receita líquida ficou em R\$ 5,502 bilhões.

As despesas de 2014 somaram R\$ 6,726 bilhões (6,479 bilhões em 2013), ou seja, R\$ 247 milhões a mais do que em 2013.

As despesas com pessoal, maior dispêndio do governo, somaram R\$ 3,117 bilhões, R\$ 5,23% a mais que em 2013. O segundo maior gasto é com o custeio dos serviços públicos, que fechou 2014 na casa de R\$ 2,842 bilhões, com acréscimo de 14,36% em relação a 2013.

Merece destaque, ainda, a redução das despesas com dívida pública, que totalizaram, em 2014, R\$ 234 milhões, ou seja, 14,2% a menor que em 2013.

**Despesa
por
Grupo e
Natureza**
Fonte: SIAFEM.

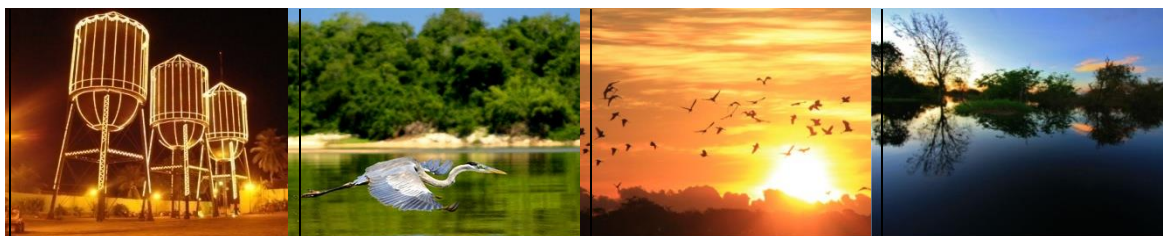


As despesas segregadas por funções de governo podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Funções de Governo	2011	2012	2013	2014
LEGISLATIVA	218.620.886,34	255.070.096,47	283.186.284,07	287.232.106,29
JUDICIARIA	433.452.238,36	459.046.098,26	500.695.609,07	691.551.527,18
ESSEN. A JUSTICA	180.909.738,42	213.691.529,85	215.755.201,33	235.895.013,70
ADMINISTRACAO	645.425.271,28	694.543.330,68	680.465.938,49	662.547.965,86
SEGURANCA PUB.	723.022.753,45	825.191.464,04	879.637.933,58	990.700.874,61
ASSISTENCIA SOCIAL	31.795.186,73	37.494.520,93	9.175.717,41	20.966.585,41
PREV.SOCIAL	204.389.919,17	273.521.882,52	303.602.361,83	335.032.589,13
SAUDE	693.520.596,21	732.231.440,71	915.668.277,19	873.797.548,89
TRABALHO	1.933.229,44	551.516,35	2.147.893,99	606.721,32
EDUCACAO	851.344.123,42	934.762.904,48	991.804.034,08	1.058.647.597,34
CULTURA	13.273.839,65	8.931.641,25	8.988.651,60	890.227,95
URBANISMO	6.625.723,73	6.809.818,31	-	42924,75
HABITACAO	-	3.498.505,00	74.430.072,51	9.093.795,48
SANEAMENTO	3.072.806,37	-	4.949.133,72	1.394.718,58
GESTAO AMBIENTAL	29.137.175,05	10.388.354,32	8.831.418,68	13.254.247,09
CIENCIA E TEC.	845.083,65	492.120,90	2.097.736,09	2.379.541,43
AGRICULTURA	100.548.648,60	150.518.927,67	151.026.906,62	152.808.358,44
ORG.AGRARIA	-	6.233.153,14	2.831.220,00	561.710,74
INDUSTRIA	-	284.261,38	2.860,00	664.777,05
COM. E SERVICOS	11.745.012,86	11.468.158,54	3.289.495,73	10.095.099,77
ENERGIA	298.806,46	-	-	-
TRANSPORTE	163.940.616,71	245.625.046,23	377.522.840,07	234.684.845,72
DESPORTO E LAZER	4.020.428,61	3.095.028,83	16.635.625,49	2.363.775,60
ENCARGOS ESP.	1.120.857.977,49	1.047.190.513,20	1.046.363.580,31	1.141.347.793,13
Total	5.438.780.062,00	5.920.640.313,06	6.479.108.791,86	6.726.560.345,46

**Despesas
por função
de
governo.**
Fonte:
SIAFEM/RO

No quadro acima, excluindo os Encargos Especiais - que registram as transferências a Municípios - observa-se que o foco dos gastos públicos estaduais, nos últimos quatro exercícios, concentra-se em Educação, Segurança Pública e Saúde.



2014 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Lei 4.320/64

Superintendência de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.991.909.022,52	2.449.850.177,21	PASSIVO CIRCULANTE	590.467.415,71	608.013.014,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	905.381.477,56	933.678.605,94	Empréstimos e Financiamentos	227.437.551,83	164.723.232,06
Créditos a Curto Prazo	25.620.675,58	6.891.822,85	Fornec e Contas a Pagar Curto Prazo	235.483.072,07	239.856.242,45
Valores Restituíveis	49.016.671,68	0,00	Valores Restituíveis	119.373.797,95	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	349.618.951,65	126.246.730,13	Demais Obrigações a Curto Prazo	8.172.993,86	203.433.540,24
Investimentos e Apl. Temp. a Curto Prazo	1.043.379.272,45	871.499.994,96			
Estoques	618.891.973,60	511.533.023,33			
ATIVO NAO-CIRCULANTE	10.786.922.075,50	10.094.896.356,27	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	4.909.713.299,71	5.128.727.730,09
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.312.821.046,39	4.982.359.533,51	Pessoal a Pagar	4.759.026,14	4.759.026,14
Créditos a Longo Prazo	5.309.737.636,91	4.948.497.679,94	Empréstimos e Fin. a Longo Prazo	2.397.481.433,51	2.564.525.336,38
Demais Créditos e Val a Longo Prazo	3.083.409,48	33.861.853,57	Provisões a Longo Prazo	820.766.382,95	872.767.948,06
Investimentos	224.571.763,43	224.315.044,73	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.686.706.457,11	1.686.675.419,51
Participações Permanentes	224.571.763,43	224.315.044,73	TOTAL DO PASSIVO	5.500.180.715,42	5.736.740.744,84

Imobilizado	5.246.430.752,08	4.886.786.812,97	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	1.268.028.521,37	1.128.976.102,31	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Bens Imóveis	3.978.402.230,71	3.757.810.710,66	Resultados Acumulados	8.278.650.382,60	6.808.005.788,64
Intangível	3.098.513,60	1.434.965,06	Superávit ou Déficits do Exercício	1.668.616.470,11	-825.164.890,74
Softwares	3.098.513,60	1.434.965,06	Superávit ou Déficits de Exer. Ant.	6.808.005.788,64	7.782.607.563,17
			Ajustes de exercícios anteriores	-197.971.876,15	-149.436.883,79
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.278.650.382,60	6.808.005.788,64
TOTAL	13.778.831.098,02	12.544.746.533,48	TOTAL	13.778.831.098,02	12.544.746.533,48

ATIVO FINANCEIRO	947.139.219,90	933.678.605,94	PASSIVO FINANCEIRO	741.239.743,81	1.013.956.729,79
ATIVO PERMANENTE	12.831.691.878,12	11.611.067.927,54	PASSIVO PERMANENTE	5.145.323.845,40	5.301.145.798,58
SALDO PATRIMONIAL				7.892.267.508,81	6.229.644.005,11

Compensações

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Avais a Executar	1.969,77	1.969,77	Convênios a Executar	66.400.305,71	561.095.589,20
Fianças a Executar	488.191,17	94.278,70	Empréstimos a Executar	1.442.408.392,92	1.408.032.922,74
Seguro Garantia a Executar	2.932.768,61	3.578.992,72	Responsabilidades com Terceiros	0,00	347.328.094,06
Cauções a Executar	539.833,03	388.365,64			
Convênios a Receber	40.105.401,98	48.395.932,42			
Adiantamentos Concedidos	418.450,00				
Suprimentos de Funfos (Pendentes Prest)	4.461.004,63				
Diárias Concedidas (Pendentes Prest)	14.146.095,41				
Outras Responsabilidades de Terceiros	2.044.383,68				
TOTAL	65.138.098,28	52.459.539,25	TOTAL	1.508.808.698,63	2.316.456.606,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DO RECURSO	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Ordinária	-30.681.491,71
Vinculada	236.580.967,80
Cota-parte do Fundo de Justiça - FUJU	79.180.860,03
Cota-parte FUNRESPOL	2.555.834,20
Cota-parte FUNRESPOM	1.093.049,83
Cota-parte FEPRAM	8.317.891,03
Cota-parte Salário Educação	-2.594.008,35
Sistema Único de Saúde	-14.944.720,08
Convênios e Outras Transf Federais	66.877.881,83
Operações de Crédito Int e Ext	-97.923.941,98
Contrapartida do Estado	-1.684.082,54
Recursos Ordinário FUNDEB	7.497.367,18
Transf. Finan da Uniao p/Desporto	1.494.487,72
Cota-parte FES	646.483,49
Fundo Nac de Desenv da Educação	2.100.779,39
Fundo Nacional de Assistência Social	2.042.753,91
Cota-parte FUNESBOM	648.115,20
Cota-parte FUNDIMPER	554.264,72
Cota-parte FITHA	-199.308,13
Cota-parte CIDE	7.127.659,26
Recursos FDI/TCE	422.736,50
Recursos Arrecadados diretamente pelas entidades	168.477.943,61
Recursos conveniados diretamente pela Adm Ind.	4.888.920,98
TOTAL	205.899.476,09

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2014

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
		(a)	(b)	c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	6.615.389.927,00	6.860.648.380,70	6.868.267.516,69	7.619.135,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.002.297.143,00	3.029.266.221,57	3.027.361.112,85	-1.905.108,72
Impostos	2.920.715.305,00	2.945.676.127,20	2.939.527.964,45	-6.148.162,75
Taxas	81.581.838,00	83.590.094,37	87.833.148,40	4.243.054,03
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	355.709.110,00	355.709.110,00	495.959.874,07	140.250.764,07
Contribuições Sociais	355.709.110,00	355.709.110,00	495.959.874,07	140.250.764,07
RECEITA PATRIMONIAL	180.760.378,00	180.760.378,00	227.470.610,56	46.710.232,56
Receitas Imobiliárias	0	0	5.050,00	5.050,00
Receitas de Valores Mobiliários	180.472.878,00	180.472.878,00	226.943.560,56	46.470.682,56
Outras Receitas Patrimoniais	287.500,00	287.500,00	522.000,00	234.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	173.883.498,00	210.218.418,78	192.233.486,51	-17.984.932,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.613.945.818,00	2.785.853.298,10	2.648.743.743,62	-137.109.554,48
Transferências Intergovernamentais	2.599.318.640,00	2.738.142.992,20	2.621.381.142,77	-116.761.849,43
Transferências de Instituições Privadas		19.731.920,62	10.662.000,00	-9.069.920,62
Transferências de Pessoas			1.575,00	1.575,00
Transferências de Convênios	14.627.178,00	27.978.385,28	16.699.025,85	-11.279.359,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	288.793.980,00	298.840.954,25	276.498.689,08	-22.342.265,17
Multas e Juros de Mora	32.694.948,00	42.189.406,05	69.480.992,17	27.291.586,12
Indenizações e Restituições	12.130.244,00	12.130.244,00	3.255.220,94	-8.875.023,06
Receita da Dívida Ativa	38.221.410,00	38.773.926,20	31.249.896,62	-7.524.029,58
Receitas Correntes Diversas	205.747.378,00	205.747.378,00	172.512.579,35	-33.234.798,65
RECEITAS DE CAPITAL	359.909.396,00	763.373.973,02	90.548.964,85	-672.825.008,17

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	267.448.775,00	598.106.221,94	62.379.901,51	-535.726.320,43
Operações de Crédito Internas	267.448.775,00	598.106.221,94	62.379.901,51	-535.726.320,43
ALIENAÇÃO DE BENS	0	880000	369435,28	-510.564,72
Alienação de Bens Móveis		880.000,00	369.435,28	-510.564,72
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	9.368,00	9.368,00	3.720,79	-5.647,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	92.451.253,00	164.378.383,08	27.795.907,27	-136.582.475,81
Transferências Intergovernamentais	7.904.368,00	16.598.818,00	4.763.906,21	-11.834.911,79
Transferências de Instituições Privadas	0	23.739.724,51	0,00	-23.739.724,51
Transferências de Convênios	84.546.885,00	124.039.840,57	23.032.001,06	-101.007.839,51
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	6.975.299.323,00	7.624.022.353,72	6.958.816.481,54	-665.205.872,18
REFINANCIAMENTO (II)	0	0	0	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	6.975.299.323,00	7.624.022.353,72	6.958.816.481,54	-665.205.872,18
DÉFICIT (IV)		361.522.262,53		-361.522.262,53
TOTAL (V) = (III + IV)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.958.816.481,54	-1.026.728.134,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		361.522.262,53		
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	5.982.075.090,00	6.534.706.752,20	6.046.851.228,57	5.935.579.289,40	5.783.679.999,65	487.855.523,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.158.935.955,00	3.231.777.191,97	3.116.787.177,91	3.100.969.671,51	3.032.142.292,75	114.990.014,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.508.000,00	87.828.072,20	87.822.072,20	87.822.072,20	87.822.072,20	6.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.702.631.135,00	3.215.101.488,03	2.842.241.978,46	2.746.787.545,69	2.663.715.634,70	372.859.509,57
DESPESAS DE CAPITAL	887.858.792,00	1.373.234.514,05	679.709.116,89	439.669.625,02	404.085.137,58	693.525.397,16
INVESTIMENTOS	732.785.437,00	1.223.303.462,85	533.609.949,53	296.570.457,66	261.074.898,92	689.693.513,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.181.212,00	10.337.930,70	6.506.718,70	3.506.718,70	3.417.790,00	3.831.212,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	149.892.143,00	139.593.120,50	139.592.448,66	139.592.448,66	139.592.448,66	671,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	105.365.441,00	77.603.350,00				77.603.350,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.726.560.345,46	6.375.248.914,42	6.187.765.137,23	1.258.984.270,79
REFINANCIAMENTO (VII)						0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) =(VI + VII)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.726.560.345,46	6.375.248.914,42	6.187.765.137,23	1.258.984.270,79
SUPERÁVIT (IX)			232.256.136,08			-232.256.136,08
TOTAL (X) = (VIII + IX)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.958.816.481,54	6.375.248.914,42	6.187.765.137,23	1.026.728.134,71

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	I N S C R I T O S		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	214.016.237,86	148.105.682,29	146.478.768,49	45.137.580,78	20.772.974,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	5.245.066,83	4.763.685,86	4.763.685,86	462.864,82	18.516,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	208.771.171,03	143.341.996,43	141.715.082,63	44.674.715,96	20.754.458,64
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	364.345.545,67	177.632.005,14	165.906.648,36	136.281.689,32	50.431.851,21
INVESTIMENTOS	0,00	363.852.508,29	177.632.005,14	165.906.648,36	135.788.651,94	50.431.851,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	493.037,38	0,00	0,00	493.037,38	0,00
TOTAL	0,00	578.361.783,53	325.737.687,43	312.385.416,85	181.419.270,10	71.204.826,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	I N S C R I T O S		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	18.287.056,04	138.089.102,49	107.588.270,47	34.325.583,53	14.462.304,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.834.112,13	72.780.665,51	41.370.844,83	31.740.623,86	1.503.308,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.452.943,91	65.308.436,98	66.217.425,64	2.584.959,67	12.958.995,58
DESPESAS DE CAPITAL	17.282.296,84	66.190.137,08	54.686.308,71	8.609.055,44	20.177.069,77
INVESTIMENTOS	17.282.296,84	66.190.137,08	54.686.308,71	8.609.055,44	20.177.069,77
TOTAL	35.569.352,88	204.279.239,57	162.274.579,18	42.934.638,97	34.639.374,30

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2014

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	6.958.816.481,54	6.289.524.470,50	Despesa Orçamentária (VI)	6.726.560.345,46	6.479.108.791,86
Ordinária	5.644.523.196,68	5.064.045.965,55	Ordinária	4.744.725.470,41	4.392.305.042,33
Vinculada	2.203.779.154,32	2.031.692.177,70	Vinculada	1.981.834.875,05	2.086.803.749,53
Convênios	52.576.310,57	41.807.400,09	Convênios	100.351.759,30	59.093.199,22
Cota-Parte - Educação	28.263.479,50	27.166.463,89	Cota-Parte - Educação	29.483.558,50	30.800.062,70
Sistema Único de Saúde	191.360.680,11	146.615.666,23	Sistema Único de Saúde	230.214.701,95	184.308.502,66
Operações de Crédito	70.362.356,00	358.439.180,45	Operações de Crédito	185.722.411,89	416.715.930,82
Recursos Diret. Arrec p/Ent	893.746.781,02	0,00	Rec. Diretam. Arrec. p/Entidade	514.776.653,28	0,00
Outros recursos Vinculados	967.469.547,12	1.457.663.467,04	Outros recursos vinculados	921.285.790,13	1.395.886.054,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-889.485.869,46	-806.213.672,75			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	5.992.705.225,97	5.297.487.842,09	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	6.021.995.376,91	5.397.780.560,92
Cotas Recebidas	1.046.373.891,58	931.268.001,95	Cotas Concedidas	946.716.010,63	880.145.000,31
Repasse Recebidos	4.046.959.674,70	3.180.830.522,73	Repasse Concedidos	4.064.120.460,01	3.196.117.156,42
Recursos Arrecadados Recebidos/Internos	815.620.316,36	716.859.829,18	Recursos Arrecadados Concedidos/Internos	786.315.389,91	703.339.229,18
Correspondência de Débitos	48.958.935,63	468.526.513,61	Correspondência de Créditos	48.958.935,63	55.474.358,92
Transferências Recebida Entre UG/Órgão	0	2.974,62	Transf. Conced. Indep. Exe. Orçam.	9.948.633,88	0,00
Ganhos com Des. de Pas. Financeiro	3.139.804,15	0,00	Precatórios TJ	104.194.192,00	37.376.554,12
Cota vinculada IR	31.654.864,16	0,00	Devolução de Transferências Recebidas	0,00	3.158.463,66
Variação Patrimonial Financeira	14.265,01	0,00	Transferências Concedidas Entre UG/Órgão	0	2.974,62
Ajuste Obrigações TJ	-16.525,62	0,00	Movimento de Fundos a Crédito	0	413.454.657,69
			Perdas Financeiras	0	4.788,95

			Valores Diferidos	5.019.219,13	5.254.001,07
			Perdas em Investimentos Temporários	56.717.595,38	103.453.375,98
			Incorporação de Passivo	4.940,34	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.742.171.473,61	5.774.450.135,10	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	5.759.797.567,30	5.285.382.263,35
Inscrição RPP do Exercício	187.483.777,19	204.279.239,57	RPP pagos do Exercício Anterior	150.962.978,42	167.528.884,52
Inscrição RPNP do Exercício	351.311.431,04	578.361.783,53	RPNP pagos do Exercício Anterior	312.385.416,85	166.122.626,65
Valores restituíveis - retenção	1.138.490.280,42	980.998.954,50	RPP pagos de Exercícios Anteriores	3.483.736,59	1.180.953,47
Haveres Financeiros	4.048.977.156,91	3.976.149.630,34	RPNP pagos de Exercícios Anteriores	7.827.864,17	8.425.395,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	15.430.670,62	34.573.793,83	Valores Restituíveis - Recolhimento	1.214.855.186,28	932.099.852,19
Ingressos Diferidos	478.157,43	86.733,33	Haveres Financeiros	4.069.179.660,00	3.978.481.290,65
			Ajustes de Exercícios Anteriores	1.102.724,99	31.543.260,49
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.805.178.600,90	1.605.987.769,34	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	1.990.518.492,35	1.805.178.600,90
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	20.498.871.782,02	18.967.450.217,03	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	20.498.871.782,02	18.967.450.217,03

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exerc. Anterior		Exercício Atual	Exerc. Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.840.880.156,52	16.706.324.161,34	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.172.263.686,41	17.531.489.052,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.517.866.528,74	3.086.110.099,76	Pessoal e Encargos	3.337.337.073,70	3.155.134.426,55
Impostos	3.417.335.975,45	3.005.077.345,40	Remuneração a Pessoal	2.738.318.138,55	2.604.477.658,22
Taxas	100.530.553,29	81.032.754,36	Encargos Patronais	295.929.087,19	251.416.970,45
Contribuições	907.148.797,68	323.471.503,66	Benefícios a Pessoal	270.904.107,36	256.651.155,18
Contribuições Sociais	907.148.797,68	323.471.503,66	Outras Variações Pat. Diminutivas - Pessoal e Encargos	32.185.740,60	42.588.642,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	184.526.449,35	178.004.832,87	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	352.918.954,83	311.197.579,83
Exploração de Bens e Direitos e Prest. de Serviços	184.526.449,35	178.004.832,87	Aposentadorias e Reformas	271.427.337,75	242.548.967,88
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	443.614.884,98	632.875.194,19	Pensões	72.550.628,41	61.736.376,18
Juros e Encargos de Mora	24.880.182,43	64.232.714,42	Benefícios Eventuais	8.714.339,02	6.888.038,48
Remuneração de Depósitos Banc. e Apl. Financeiras	226.962.064,45	116.488.714,55	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	226.649,65	24.197,29
Outras Variações Pat. Aumentativas – Financeiras	191.772.638,10	452.153.765,22	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	611.052.832,09	612.989.915,87
Transferências e Delegações Recebidas	9.152.234.284,81	8.806.997.888,29	Uso de Material de Consumo	88.944.906,89	85.325.724,90
Transferências Intragovernamentais	6.065.289.755,80	6.057.030.138,96	Serviços	522.107.425,20	527.664.190,97
Transferências Intergovernamentais	3.073.901.112,52	2.749.520.904,90	Custo de Materiais, Serviços e Cons de Capital Fixo	500,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	13.042.491,49	445.881,29	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	272.104.894,58	1.336.836.808,49
Transferências de Pessoas Físicas	925,00	963,14	Juros e Encargos de Emp. e Financiamentos Obtidos	87.822.072,82	125.835.283,63
Valorização e Ganhos Com Ativos	66.315.212,51	53.390.826,41	Juros e Encargos de Mora	33.474,28	5.454,53
Ganhos com Alienação	369.435,28	976.886,00	Outras Variações Pat. Diminutivas – Financeiras	184.249.347,48	1.210.996.070,33
Ganhos com Incorp. de Ativos por Descob. e Nasc.	62.803.800,83	52.413.940,41	Transferências e Delegações Concedidas	8.151.872.579,97	7.889.540.209,89
Desincorporação de Passivos	3.141.976,40	0,00	Transferências Intragovernamentais	6.077.547.597,35	6.037.387.670,75

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.569.173.998,45	3.625.473.816,16	Transferências Intergovernamentais	1.901.768.712,55	1.701.322.282,16
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	31.654.864,16	0,00	Transferências a Instituições Privadas	172.556.270,07	150.830.256,98
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	5.059.997.504,83	3.409.453.266,27	Desvalorização e Perda de Ativos	51.857.475,18	22.180.899,23
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	477.521.629,46	216.020.549,89	Perdas com Alienação	1.026.599,94	0,00
			Perdas Involuntárias	50.830.875,24	22.180.899,23
			Tributárias	56.242.149,57	50.163.563,64
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	927.412,23	748.028,67
			Contribuições	55.314.737,34	49.415.534,97
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.338.877.726,49	4.153.445.648,58
			Premiações	1.160.551,91	1.518.231,05
			Incentivos	255.366,10	534.313,64
			VPD de Constituição de Provisões	5.007.995.939,72	3.552.747.904,14
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	329.465.868,76	598.645.199,75
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO				1.668.616.470,11	-825.164.890,74

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	540.116.668,23	395.423.117,79
Desincorporação de passivo	139.592.448,66	146.295.470,76
Incorporação de passivo	62.379.901,51	347.328.094,06
Desincorporação de ativo	373.156,07	976.886,00

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO DE 2014

Exercício Atual	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	
INGRESSO	11.924.808.163,37
RECEITAS DERIVADAS	3.799.881.657,25
Receita Tributária	3.027.361.112,85
Receita de Contribuições	495.959.874,07
Outras Receitas Derivadas	276.560.670,33
RECEITAS ORIGINÁRIAS	425.593.056,83
Receita Patrimonial	162.650.235,83
Receita de Serviços	192.233.486,51
Outras Receitas Originárias	0,00
Remuneração das Disponibilidades	70.709.334,49
TRANSFERÊNCIAS	7.699.333.449,29
Intergovernamentais	
da União	2.663.803.148,86
de Estados e Distrito Federal	0,00
de Municípios	308.841,60
Intragovernamentais	5.022.793.798,40
Transferências de Instituições Privadas	12.426.085,43
Transferências de Pessoas	1.575,00
DESEMBOLSO	10.983.050.424,44
PESSOAL E OUTRAS DESP. COR. POR FUNÇÃO	4.701.366.995,99
LEGISLATIVA	264.292.574,07
JUDICIARIA	667.658.416,61
ESSENCIAL A JUSTICA	226.499.253,55
ADMINISTRACAO	574.155.304,42

Exercício Atual	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
INGRESSOS	369.435,28
Alienação de Bens	369.435,28
DESEMBOLSO	485.085.645,99
Aquisição de Ativo não Circulante	485.085.645,99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-484.716.210,71

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
INGRESSOS	124.759.803,02
Operações de Créditos	124.759.803,02
DESEMBOLSO	139.592.448,66
Amortização/Refinanciamento da Dívida	139.592.448,66
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE FINANC.	-14.832.645,64

SEGURANCA PUBLICA	834.856.972,05
ASSISTENCIA SOCIAL	2.995.561,59
PREVIDENCIA SOCIAL	333.161.333,42
SAUDE	724.464.683,61
TRABALHO	240.107,19
EDUCACAO	874.677.462,01
CULTURA	788.781,32
URBANISMO	42.924,75
HABITACAO	96.285,00
GESTAO AMBIENTAL	8.820.486,09
CIENCIA E TECNOLOGIA	1.921.416,43
AGRICULTURA	136.445.324,70
ORGANIZACAO AGRARIA	449.840,74
INDUSTRIA	381.885,00
COMERCIO E SERVICOS	851.098,97
TRANSPORTE	37.888.213,93
DESPORTO E LAZER	1.963.350,68
ENCARGOS ESPECIAIS	8.715.719,86
A DEFINIR	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	87.822.072,20
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	87.268.242,76
Outros Encargos da Dívida	553.829,44
TRANSFERÊNCIAS	6.193.861.356,25
Intergovernamentais	
da União	59.853.833,89
de Estados e Distrito Federal	0,00
de Municípios	955.097.142,69
Intragovernamentais	5.178.910.379,67
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DAS OPERAÇÕES	941.757.738,93

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	
GERAÇÃO LÍQ. DE CAIXA E EQ. DE CAIXA	442.212.603,37
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	933.678.605,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.375.891.209,31

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2014

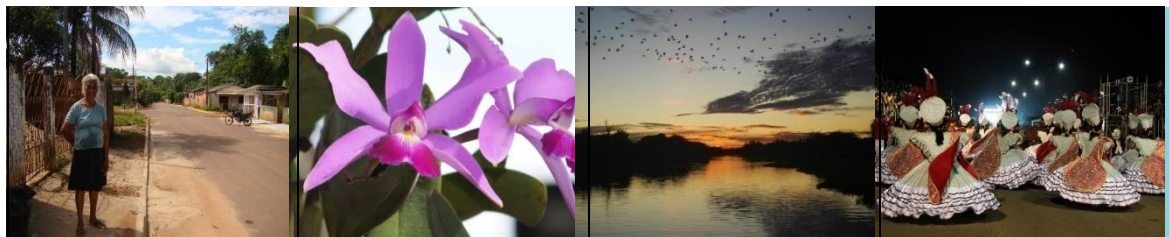
Títulos	Saldo do Exercício Anterior R\$ (a)	Inscrição R\$ (b)	Pagamento/ Cancelamento R\$ (c)	Reclassificação R\$ (d)	Saldo para o Exercício Seguinte R\$ e=(a+b-c+d)
Restos a Pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	204.279.239,57	187.483.777,19	186.392.231,86	-17.887.007,71	223.257.792,61
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	16.661.833,14	0	4.244.469,28	17.887.007,71	-5.469.643,85
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	578.361.783,53	351.311.431,04	529.938.070,20	-48.423.713,33	448.158.857,70
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	18.915.169,74	0	14.572.517,01	48.423.713,33	-44.081.060,60
Subtotal>>>	818.218.025,98	538.795.208,23	735.147.288,35	0,00	621.865.945,86

Títulos	Saldo do Exercício Anterior R\$ (a)	Retenções R\$ (b)	Recolhimento R\$ (c)	Reclassificação R\$ (d)	Saldo para o Exercício Seguinte R\$ (e) = (a + b - c + d)
Valores Restituíveis					
Valores restituíveis Consolidação	73.200.585,69	658.276.516,53	666.714.461,12	0	64.762.641,10
Valores restituíveis Intra OFSS	41.273.858,98	215.118.492,68	248.741.686,38	0	7.650.665,28
Valores restituíveis Inter OFSS - União	78.292.597,39	254.185.913,63	286.648.773,36	0	45.829.737,66
Valores restituíveis Inter OFSS - Estados	0	0,00	0,00	0	0,00
Valores restituíveis Inter - OFSS - Municípios	2.971.661,75	10.909.357,58	12.750.265,42	0	1.130.753,91
Subtotal>>>	195.738.703,81	1.138.490.280,42	1.214.855.186,28	0,00	119.373.797,95
Total Geral>>>>	1.013.956.729,79	1.677.285.488,65	1.950.002.474,63	0,00	741.239.743,81



2014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Superintendência de Contabilidade

1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e, atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual nº 15.723/11.

Diante das limitações existentes, buscou-se apresentar as demonstrações contábeis de forma a atender à Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 4ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*IPSAS – International Public Sector Accounting Standards*).

Esta Portaria foi alterada pela Portaria STN nº 753, de 21/12/2012, a qual estabelece o ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, também, determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, que abrangem:

I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;

II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;

III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;

IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;

V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e

VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Contabilidade em resultaram na implementação, em janeiro de 2013, do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, atendendo de forma antecipada ao prazo estipulado pela Portaria STN nº 828/11.

No tocante ao patrimônio, cabe destacar o trabalho conjunto do Estado com o Tribunal de Contas do Estado, para aquisição e customização de Sistema Integrado (*E-cidades*), com módulo de gestão patrimonial, para avaliação, registro e evidenciação da depreciação, amortização e exaustão.

Quanto à adoção de sistema de custos, o Estado está avaliando a sistemática federal, juntamente com o GTCN/RO e as práticas nos demais estados federados para escolha e implementação em Rondônia.

Ressaltamos que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios – SIAFEM e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

d) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

e) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no site www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e serão implementados após a customização e a implantação do *E-cidades* nas unidades gestoras do Estado.

f) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos de depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no site www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e serão implementados após customização e implantação do *E-cidades*.

g) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

h) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

i) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais aos municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS.

Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

A metodologia apresentada da Receita Corrente Líquida segue os parâmetros estabelecidos pela STN. Entretanto, em nota, a Superintendência de Contabilidade informa a Receita Corrente Líquida apurada em conformidade com a Instrução Normativa nº 002/2013/SUPER/SEFIN-RO, uma vez que as transferências a regularizar afetam diversos cálculos dependentes da RCL. Está disponível no site www.transparencia.ro.gov.br

j) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intra limite).

k) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

3 Precatórios

Os precatórios são as requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela.

O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia e outros casos excepcionais.

Desde a edição da Emenda Constitucional - EC nº 62/2009, o Estado optou por transferir o percentual de 1,5% sobre a Receita Corrente Líquida, nos moldes da referida emenda.

Os precatórios são gerenciados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior à 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

4 Transferências para os Municípios

As transferências aos municípios são contabilizadas como despesa, ou seja, dependentes da disponibilidade orçamentária, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual publicadas.

No exercício de 2014, o valor de R\$ 2.803.007,86 de transferências a Municípios, referentes à receita de IPVA, cujos recursos financeiros foram regularmente transferidos tempestivamente, ficaram descobertos de dotação orçamentária. Entretanto, sua regularização deu-se em janeiro de 2015, por meio dos seguintes lançamentos: 2015NE00241, 2015DL00271, 2015NL00464 e 2015NL00032.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 001/SUPER/2013, bem como às decisões do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado de Finanças determinou a preparação do SIAFEM para a evidenciação destas transferências como deduções da receita, independente da execução orçamentária.

5 Quadro Demonstrativo da Disponibilidade Financeira x Cumprimento do art. 42 da LRF – último ano de mandato

De acordo com o artigo 42 da Lei 101/2000 – LRF:

É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

No âmbito do Poder Executivo, os recursos financeiros pertencentes ao Tesouro Estadual são segmentados em fontes de recursos, para proporcionar melhor controle de sua aplicação. A gestão de parte desses recursos é descentralizada a várias entidades da administração indireta e a alguns fundos especiais, os quais são separados por códigos específicos, conforme lista abaixo.

FONTE DE RECURSOS
0100 RECURSOS DO TESOURO
0116 CONTRAPARTIDA DO ESTADO
0118 RECURSOS DO TESOURO - FUNDEB
0202 COTA-PARTE FUNRESPOL
0203 COTA-PARTE FUNRESPOM
0205 COTA-PARTE FEPRAM
0226 COTA-PARTE FUNESBOM
0228 COTA-PARTE FITHA
0229 COTA-PARTE DA CIDE
3221 COTA-PARTE FES
3240 RECURSOS DIRETAMENTE ARREC. P/ ENTIDADES

Foi nesse contexto que o titular do Poder Executivo deixou saldo disponível bruto no valor de R\$ 309.757.438,78, conforme detalhamento abaixo, por unidade gestora e por fonte de recursos.

Código	Unidade Gestora	Fonte	Saldo Financeiro
110003	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	100	193.527,85
110005	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	100	89.430,46
110008	SUPERINTENDENCIA EST. DE COMPRAS E LICITACAO	100	2.469,78
110009	SUPERINTENDENCIA G.SUP,LOG.GAST.P.ESSENCIAIS	100	78.330,69
130001	SECRET. DE EST. DO PLANEJ. ORCAMENTO E GESTAO	100	12.351,15
130006	SUPERINT. EST. DE ADM. E RECURSOS HUMANOS	100	1.199.626,51
130031	FUNDACAO RO AMP D ACOES CIENTIF E TEC PESQ/RO	100	54.278,79
140001	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS	100	62.276.472,44
140001	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS	228	2.141.590,03
140001	SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS	229	16.139.911,18

140002	RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SEFIN	100	23.608,07
140011	FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITACAO	228	4.248.224,49
140020	DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTADO	100	4.242.340,87
140020	DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTADO	229	451.338,70
140020	DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTADO	3240	131.844,63
140021	DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO	100	428.990,01
140021	DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO	3240	271.837,51
150001	SECRETARIA DE EST DA SEG DEFESA E CIDADANIA	100	518.458,22
150003	POLICIA CIVIL	100	115.522,99
150004	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	100	62.994,03
150004	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	226	1.948.362,27
150005	POLICIA MILITAR	100	17.888,60
150011	FUNDO ESPECIAL REEQUIPAMENTO POLICIAL	202	2.657.434,20
150014	FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIRO - MILITAR	100	1.352.933,16
150014	FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIRO - MILITAR	226	7.899.302,07
150015	FUNDO ESP. MODER. E REAPAR. DA P. MILITAR	203	1.093.049,83
150020	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO	3240	22.714.489,07
160001	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	100	23.843.859,45
160001	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	118	30.978.262,64
160004	SUPERINT. EST. DO ESP., DA CULT. E DO LAZER	100	136.681,48
160004	SUPERINT. EST. DO ESP., DA CULT. E DO LAZER	116	734.982,06
160011	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCACAO RURAL ABAITARA	100	4.274,52
170001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	100	69.328,61
170007	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE PROMOCAO DA PAZ	100	12.445,01
170012	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	100	25.759.460,63
170032	FUNDACAO DE HEMAT. E HEMOTER. EST. RONDONIA	100	842.872,00
170033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	100	73.443,53
170034	AGENCIA ESTADUAL DE VIGILANCIA EM SAUDE	100	449.011,45
170034	AGENCIA ESTADUAL DE VIGILANCIA EM SAUDE	3221	646.483,49
180001	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV AMBIENTAL	100	4.742.187,15
180001	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV AMBIENTAL	205	10.994.659,50
180011	FUNDO ESPECIAL DE PROTECAO AMBIENTAL	205	1.041.391,32
190001	SEC. DE EST. DA AGRIC. PEC. DES. E REG. FUND.	100	1.801.462,31
190004	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TURISMO	100	1.030,10
190011	FUNDO DE APOIO A CULTURA DO CAFE EM RONDONIA	3240	251.713,05
190013	FUNDO DE INVEST. E DESENV. INDUSTRIAL RO	3240	22.000.675,97
190014	FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL	3240	19.779.455,58
190017	FUNDO DE INV. AP. PROG. DES. PECUARIA LEITERA	3240	13.650.187,58
190021	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	100	181.375,87
190021	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	3240	323.993,87
190022	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RONDONIA	3240	3.026.441,00
190023	AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	100	348.542,80
190023	AG. DE DEF. SANIT. AGROSILVOPAST. DO ESTADO	3240	9.553.735,04
210001	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA	100	67.317,97
210001	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA	116	414.375,59
210014	FUNDO EST. PREV. FISC. E REP. DE ENTORPECENTE	100	183.469,11
230001	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTNCIA SOCIAL	100	735.083,23
230001	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTNCIA SOCIAL	116	4.083.623,56
230012	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	100	85.171,10
230013	FUNDO EST. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE	100	834.293,64
260001	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	100	22.976,53

300001	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA	100	1.338.837,26
300011	FUNDO ESPECIAL DEF. PUB. ESTADO RONDONIA	100	377.727,18
TOTAL			309.757.438,78

A título de melhor visualização, o quadro abaixo apresenta as disponibilidades resumidas por fonte de recursos.

FONTE DE RECURSOS	SALDO DISPONÍVEL BRUTO
0100 RECURSOS DO TESOIRO	132.580.074,55
0116 CONTRAPARTIDA DO ESTADO	5.232.981,21
0118 RECURSOS DO TESOIRO - FUNDEB	30.978.262,64
0202 COTA-PARTE FUNRESPOL	2.657.434,20
0203 COTA-PARTE FUNRESPOM	1.093.049,83
0205 COTA-PARTE FEPRAM	12.036.050,82
0226 COTA-PARTE FUNESBOM	9.847.664,34
0228 COTA-PARTE FITHA	6.389.814,52
0229 COTA-PARTE DA CIDE	16.591.249,88
3221 COTA-PARTE FES	646.483,49
3240 RECURSOS DIRETAMENTE ARREC. P/ ENTIDADES	91.704.373,30
TOTAL	309.757.438,78

Destarte, tais recursos compõem lastro financeiro que o Poder Executivo disponibilizou para inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2014, os quais alcançaram a soma de R\$ 236.004.161,41, conforme quadro abaixo.

FONTE RECURSO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2014		TOTAL DE RESTOS A PAGAR
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
0100 - RECURSOS DO TESOIRO	127.207.461,82	29.686.502,27	156.893.964,09
0116 - CONTRAPARTIDA DO ESTADO	242.518,40	6.744.086,35	6.986.604,75
0118 - RECURSOS DO TESOIRO - FUNDEB	5.530.342,17	23.604.671,64	29.135.013,81
0202 - COTA-PARTE FUNRESPOL	0,00	101.600,00	101.600,00
0203 - COTA PARTE FUNRESPOM	0,00	0,00	0,00
0205 - COTA-PARTE FEPRAM	1.975,60	3.659.346,75	3.661.322,35
0226 - COTA-PARTE FUNESBOM	5.768.131,89	3.431.417,17	9.199.549,06
0228 - COTA-PARTE FITHA	3.323.037,64	2.264.004,67	5.587.042,31
0229 - COTA-PARTE DA CIDE	0,00	8.836.438,10	8.836.438,10
3221 - COTA-PARTE FES	0,00	0,00	0,00
3240 - RECURSOS DIRET. ARREC. P/ ENTIDADES	1.547.082,37	14.055.544,57	15.602.626,94
TOTAL	143.620.549,89	92.383.611,52	236.004.161,41

Nesse sentido, se deduzidos das disponibilidades os restos a pagar observa-se o saldo disponível líquido no valor de R\$ 73.753.277,37, conforme quadro comparativo baixo.

FONTE DE RECURSOS	Saldo Disponível Bruto	Restos a Pagar Inscritos	Saldo Disponível Líquido
	A	B	C=A-B
0100 RECURSOS DO TESOIRO	132.580.074,55	156.893.964,09	-24.313.889,54
0116 CONTRAPARTIDA DO ESTADO	5.232.981,21	6.986.604,75	-1.753.623,54
0118 RECURSOS DO TESOIRO FUNDEB	30.978.262,64	29.135.013,81	1.843.248,83

0202 COTAPARTE FUNRESPOL	2.657.434,20	101.600,00	2.555.834,20
0203 COTA PARTE FUNRESPOM	1.093.049,83	0,00	1.093.049,83
0205 COTAPARTE FEPRAM	12.036.050,82	3.661.322,35	8.374.728,47
0226 COTAPARTE FUNESBOM	9.847.664,34	9.199.549,06	648.115,28
0228 COTAPARTE FITHA	6.389.814,52	5.587.042,31	802.772,21
0229 COTAPARTE DA CIDE	16.591.249,88	8.836.438,10	7.754.811,78
3221 COTAPARTE FES	646.483,49	0,00	646.483,49
3240 RECURSOS DIRET. ARREC. P/ ENTIDADES	91.704.373,30	15.602.626,94	76.101.746,36
TOTAL	309.757.438,78	236.004.161,41	73.753.277,37

Ressalte-se, que na apuração do lastro financeiro para efeito de cumprimento do artigo 42 da LRF, nesta análise, foram consideradas apenas as fontes de recursos que pertencem efetivamente ao Tesouro Estadual.

Insta registrar, ainda, um conjunto de recursos recebidos de outros entes ou decorrentes de operações de crédito, não constantes no quadro de confrontação para verificação do cumprimento da vedação de restos a pagar sem disponibilidades de caixa e sobre os quais o Poder Executivo não pode deixar de cumprir os objetivos a ele vinculados. Esses recursos somaram o total de **R\$ 275.522.031,85**, conforme quadro abaixo.

FONTE DE RECURSOS		Saldo Disponível Bruto	Restos a Pagar Inscritos	Saldo Disponível Líquido
		A	B	C=A-B
3209	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	49.376.194,82	63.839.386,36	-14.463.191,54
3212	CONVÊNIOS E OUTRAS TRANSF. FEDERAIS	127.436.135,62	57.825.222,91	69.610.912,71
3215	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA E EXTERNA	63.558.620,92	119.977.947,08	-56.419.326,16
3220	TRANSF. FINAN. DA UNIÃO P/ DESPORTO - LEI 90615-98	1.568.248,63	52.092,75	1.516.155,88
3222	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	22.950.828,73	15.403.819,81	7.547.008,92
3223	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.509.214,30	465.974,83	2.043.239,47
3243	RECURSOS CONVENIADOS DIRET. P/ ADM. INDIRETA	8.122.788,83	3.166.469,16	4.956.319,67
TOTAL		275.522.031,85	260.730.912,90	14.791.118,95

Observe-se que o confronto dos recursos vinculados também resulta em valor positivo de R\$ 14.791.118,95, possibilitando visão sistêmica dos recursos financeiros administrados, podendo-se, então, afirmar que o Poder Executivo disponibilizou recursos suficientes para a cobertura total dos restos a pagar inscritos em 2014.

Subsiste, entretanto, argumentação particular, no sentido de que as fontes de recursos vinculados não são intercambiáveis e que, por exemplo, o déficit de caixa das fontes 3215 e 3209 (Operações de Crédito e Sistema Único de Saúde) não podem ser financiados pelas sobras de caixa das demais fontes.

Ainda assim, evidencia-se que as sobras de caixa dos recursos pertencentes ao Tesouro Estadual, no valor de R\$ 73.753.277,37, seriam suficientes para cobrir os possíveis déficits dessas fontes (3215 e 3209), que totalizam apenas R\$ 70.882.517,70 (= 14.463.191,54 + 56.419.326,16), restando, ainda, saldo positivo de R\$ 2.870.759,67, caso considerasse-se por presunção que a totalidade dos restos a pagar não processados dessas fontes se confirme no exercício de 2015 e não ingresse nenhum recurso neste ano para sua cobertura - o que é improvável, pois, no caso das operações de crédito, ter-se-ia que se admitir que o BNDES não mais disponibilizaria os recursos contratados com o Estado de Rondônia, após medição das obras.

Lembre-se, ademais, que, do total de restos a pagar inscritos na fonte 3215 (operações de crédito), R\$ 111.113.302,09 referem-se a restos a pagar não processados, os quais representam apenas compromissos, sem lastro jurídico-obrigacional efetivo. Neste caso, haveria, então, necessariamente, que acompanhar a execução financeira ao longo de 2015. O mesmo raciocínio se aplica à fonte 3209, cujo volume de restos a pagar não processados é de R\$ 42.618.942,82.

Assim, por todo o exposto, para efeito de cumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com base na análise dos recursos não vinculados, observa-se que o Poder Executivo lastreou a totalidade das obrigações contraídas nos últimos 8 meses de mandato, deixando, ainda, saldo de disponibilidades líquidas de R\$ 73.753.277,37.

6 Provisões Matemáticas Previdenciárias

Os lançamentos referentes às provisões matemáticas previdenciárias foram efetuadas com base na avaliação atuarial periódica do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado elaborada pela Caixa Econômica Federal, contratada para tal fim.

Além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08, a avaliação atuarial é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Como prevê a Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 651, de 17 de fevereiro de 2012, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

- 1) Fundo Previdenciário Financeiro: pelos servidores admitidos até 31/dez/09 e benefícios gerados por estes, bem como aposentadorias e pensões vigentes à época da publicação da referida Lei Complementar. Suas despesas serão custeadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples; e
- 2) Fundo Previdenciário Capitalizado: formado pelos servidores admitidos a partir de 01/jan/10 e benefícios gerados por estes servidores. Seus benefícios serão tratados sob o Regime Financeiro de Capitalização. A avaliação atuarial foi desenvolvida em quatro etapas:
 - a) análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas;
 - b) seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos dos planos e a realização do Cálculo Atuarial;
 - c) análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilidade da manutenção dos planos de custeio; e, caso estejam em desequilíbrio, um ou mais planos de custeio serão discutidos e propostos, de forma a promover o equilíbrio de longo prazo do plano, sem desequilibrar as contas no curto e médio prazo; e
 - d) comparação dos resultados das três últimas avaliações atuariais realizadas para os planos previdenciários do RPPS.

As unidades gestoras 220011 e 220012 em 2014 foram substituídas respectivamente por: 130011 e 130012.

Os registros que atualizaram os valores foram efetuados por meio dos seguintes lançamentos contábeis: 2014NL04143(UG 130011) e 2014NL01301 (UG 130012).

7 Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB.

8 Dívida Ativa

A movimentação de 2014 de Dívida Ativa está representada no quadro abaixo.

Inscrições e baixas de Dívida Ativa em 2014 ▼

Fonte: GEINF/CRE/SEFIN-RO

Exercício	Estoque Final Ano Anterior (A)	Inscrito Ano (B)	Baixas Administrativas* (C)	Arrecadado no Ano (D)	Saldo ao Final do Ano (A + B – C – D)
2013	R\$ 4.967.435.007,04	R\$ 716.172.438,98		R\$ 36.730.516,21	R\$ 5.646.876.929,81
2014	R\$ 5.646.876.929,81	R\$ 806.906.296,83	R\$ 4.248.874,12	R\$ 31.483.117,01	R\$ 6.418.051.235,51

* Foram consideradas apenas as baixas promovidas pela PGE nos códigos 14 - Lançamento Excluído, cod. 50 - Lançamento Indevido, 09- Baixa Lei 3269/2013, 16- Dívida Ativa Excluída, 31- Baixa por decisão judicial. Valores Atualizados até 31.12.2014.

Os lançamentos referentes à movimentação acima discriminada serão efetuados em 2015.

9 Passivos Judiciais

A Procuradoria Geral do Estado, seguindo orientações da Egrégia Corte de Contas do Estado de Rondônia e aos preceitos contábeis, iniciou em 2013 o levantamento dos Passivos Judiciais para registro das provisões pertinentes. Entretanto, os dados ainda eram parciais no momento do fechamento dos balanços e, portanto, não compõem a presente prestação e contas.

10 Comparabilidade

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, para observância da qualidade de informação contábil, esta deve guardar as seguintes características: compreensibilidade, relevância, confiabilidade, tempestividade, oportunidade e comparabilidade.

Esta última confere aos usuários a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho (NBCT 1).

Tendo em vista que os Demonstrativos da Lei 4.320/64 de 2013 foram desenvolvidos no BI Diver, os dados referentes a este exercício foram lançados pelas unidades gestoras por meio da transação “incdemonst” no SIAFEM, para evidenciação destes nas colunas de exercício anterior das demonstrações de 2014, com vistas a atender a característica essencial contábil da comparabilidade.

11 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 2014, que compõe o presente Balanço Geral do Estado, não consigna os dados de valores do exercício anterior (2013), tendo em vista que em 2013 a elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa era facultativa.

12 Balanço Financeiro

12.1 Ingressos

12.1.1 A Receita Orçamentária registra o somatório dos valores relativos às receitas realizadas, detalhada por natureza de receita e o somatório dos valores relativos às deduções de receitas realizadas (devoluções, restituições, e outras), detalhada por natureza de receita. O montante consolidado de R\$ 6.958.816.481,54 foi alcançado com o somatório do saldo final das seguintes contas contábeis: 6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada e 6.2.1.3.0.00.00 – Dedução da Receita Orçamentária.

12.1.2 As Cotas Recebidas registram o valor dos recursos recebidos pela Administração Direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual. O montante de R\$ 1.046.373.891,58, foi alcançado com a seguinte conta contábil: 4.5.1.1.2.01.00– Cota Recebida. Há que se ressaltar, entretanto, que no caso do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao montante foram adicionadas as seguintes contas contábeis: 4.4.9.0.1.01.00 – Outras variações patrimoniais aumentativas financeiras e 4.5.1.1.2.10.00 – Precatórios Tribunal de Justiça.

12.1.3 Os Repasses Recebidos registram o valor dos recursos recebidos decorrentes de transferências financeiras entre órgãos da administração direta e indireta, correspondentes ao orçamento anual. O montante de R\$ 4.046.959.674,70 é composto pelo saldo das seguintes contas contábeis: 4.5.1.1.2.02.00 – Repasse recebido (Excluindo ou não considerando a UG 150015); 4.5.1.2.2.01.01 – Ordem de Transferências recebidas (com exceção da UG 230012 e a UG 130013); e 4.5.1.2.2.01.01 - ordem de transferências recebidas (somente para UG 230001).

12.1.4 Os Recursos Arrecadados Recebidos registram os valores recebidos de outro órgão ou entidade referente aos recursos que foram arrecadados (classificados como receita) para pagamento de despesas na unidade recebedora. O montante de R\$ 815.620.316,36, foi alcançado com a contábil: 4.5.1.1.2.04.00 - RECURSOS ARRECADADOS – RECEBIDOS, excluindo somente na UG 140001 a conta corrente “01000100001 – Assembleia Legislativa”.

12.1.5 Nas Correspondências de Débitos, o montante de R\$ 48.958.935,63, foi alcançado com as contas contábeis de 4.5.1.1.2.07.00 a 4.5.1.1.2.07.99. Observe-se que as Transferências Voluntárias e as Transferências Recebidas entre UG/Órgão estão sem movimento.

12.1.6 Os Ganhos com Desincorporação de Passivo Financeiro, no valor de R\$ 3.139.804,15, compreendem a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar processados. A conta contábil que compõe a rubrica mencionada é a 4.6.4.0.1.01.00 – Ganhos com desincorporação de passivos financeiros, exceto em relação à UG 150020.

12.1.7 A Cota vinculada IR, no valor de R\$ 31.654.864,16, registra o acordo entre o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, referente a ajuste de imposto de renda retido na fonte (4.5.1.1.2.1.4.00 – Cota Vinculada IR).

12.1.8 Em relação à Variação Patrimonial Financeira, no valor de R\$ 14.265,01, compreende a conta 4.4.2.9.1.99.00 – Outros juros e encargos de mora.

12.1.9 Os Ajustes de Obrigações, no valor de R\$ 16.525,62, refere-se às contas transitórias que apresentam status financeiro e que durante o exercício foram usadas como não financeiras e passivos financeiros apropriados por competência, que, entretanto, por ocasião da hora da baixa não houve a reclassificação de subsistema patrimonial para financeiro.

12.1.10 São Recebimentos extraorçamentários: Inscrição de RPP- Inscrição de restos a pagar processados - 6.2.2.1.3.03.00 e Inscrição de RPNP - 6.2.2.1.3.01.00 e 6.2.2.1.3.02.00.

12.1.11 Os Valores restituíveis, de R\$ 1.138.490.280,42, registraram o movimento a crédito do intervalo 218800000 até 218899999 subtraído do movimento a débito do intervalo 218800000 até 218899999 (saldo 868800000 até 868899999).

12.1.12 O montante apresentado de R\$ 4.048.977.156,91 de Haveres Financeiros é oriundo das contas financeiras do intervalo: Contas contábeis: 113810000 até 113819999 (Movimento Crédito); Conta contábil: 113410107 (Saldo) – UG 190022; Conta Contábil: 113510500 (Movimento) UG - 230001.

12.1.13 Os Ajustes de Exercícios Anteriores, de R\$ 15.430.670,62, referem-se à 237110400 – Ajuste de Exercícios anteriores e à 237110300 - Apenas para UG 140011.

12.1.14 Os Ingressos Diferidos, de R\$ 478.157,43, referem-se ao movimento da conta contábil 2.1.8.9.1.98.04.

12.1.15 O Saldo em Espécie do Exercício Anterior congrega o saldo contábil dos seguintes intervalos de contas: 111000000 até 111999999 – Caixa e equivalentes de caixa; 113610000 até 113619999 – Valores restituíveis; 114000000 até 114999999 – Investimentos e aplicações temporárias de Curto Prazo.

12.1 Dispêndios

Em relação ao dispêndios, há que se observar as contas contábeis consideradas, conforme quadro abaixo:

RUBRICA	CONTA CONSIDERADA
Despesa orçamentária	Intervalo das contas: 622130000 até 622139999
Cotas Concedidas	Conta contábil: 351120100
Repasse recebidos	Conta Contábil: 351120200
Recursos arrecadados Concedidos	Conta contábil: 351120400 (Exceto para a UG 140002)
Correspondência de Créditos	Contas Contábeis: 351120703, 351120704
Transferências concedidas	Conta Contábil: 351220100, 351220199
Precatórios TJ	Conta Contábil: 351121000
Devolução de transferências recebidas	Conta Contábil: 351220102
Transferências Concedidas Entre UG/Órgão	Conta Contábil: 351220601
Movimento de Fundos a Crédito	Conta contábil: 351220800
Perdas Financeiras	Conta contábil: 363910000
Valores Diferidos:	Conta contábil: 351120501
Perdas em Investimentos Temporários	Conta contábil: 399910200
Incorporação de Passivo	Conta contábil: 399910600 (apenas UG 110009)
RPP pagos do exercício anterior	Conta contábil: 863110201
RPNP pagos do exercício anterior	Conta contábil: 863110204
RPP pagos de exercícios anteriores	Conta contábil: 863110202
RPNP pagos de exercícios anteriores	Conta contábil: 863110205
Valores Restituíveis - Recolhimento	Conta contábil: 868800000 até 868899999
Haveres Financeiros	Conta contábil com status "F": 113810000 até 113819999
	Conta contábil: (113510500 somente para a UG 230001) Conta Contábil: (113410106 e 113510500, apenas UG 190023 – Saldo final)
Ajustes de Exercícios Anteriores	Conta Contábil: 237110400 e 237110300 apenas na UG 190014
	Saldo em Espécie do Exercício seguinte (IX)
	Conta Contábil: 111000000 até 111999999 e
	Conta contábil: 114000000 até 114999999 e Conta Contábil: 113610000 até 113619999)



2014 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Superintendência de Contabilidade

Para uma melhor análise das demonstrações contábeis, são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, quer seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Financeiro – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

1 Indicadores do Balanço Patrimonial

► Situação financeira

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Situação Financeira	<u>Ativo Financeiro</u> Passivo Financeiro	2,24	-4%	2,14	-57%	0,92	39%	1,28

A situação financeira indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. Como se pode observar, apenas no exercício de 2013 registrou déficit. Em 2014 apresentou superávit, com variação percentual positiva de 39%, em relação a 2013.

► Liquidez

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Liquidez Corrente	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	2,86	-5%	2,72	48%	4,03	26%	5,07

O indicador de liquidez corrente demonstra quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

Assim, pode-se afirmar que, embora o Estado tenha obtido ligeira queda em 2012, em relação a 2011, na proporção de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo, em 2013 alcançou o marco de quatro para um e em 2014 de cinco para um.

Registre-se que para análise do indicador, quanto maior o valor maior obtido, melhor é a avaliação.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Liquidez Seca	<u>Disponível</u> Passivo Circulante	2,19	-4%	2,09	-26%	1,54	0%	1,53

De acordo com o indicador gerado, nos últimos quatro exercícios houve sobra de disponibilidades, ou seja, de dinheiro mais aplicações financeiras, para fazer face aos seus passivos de curto prazo.

► Endividamento

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Composição do Endividamento	<u>Passivo Circulante</u> Passivo Circulante + Passivo Não-circulante	0,09	92%	0,17	-38%	0,11	0%	0,11

O indicador de composição do endividamento demonstra o quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro e quanto menor o seu valor, melhor é a avaliação.

Conforme se pode observar, apenas 11% da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo Ativo Total	0,19	-15%	0,16	33%	0,22	-13%	0,19

Dos resultados acima, depreende-se que apenas 19% do Ativo Total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Dívida Onerosa Líquida	Disponível Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	0,67	17%	0,78	-56%	0,34	1%	0,34

Em relação ao caixa e aplicações financeiras, verifica-se que, em 2014, apenas 34% da dívida onerosa encontra correspondência de disponibilidades para fazer face a esta.

2 Indicadores da Execução Orçamentária

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Execução da Receita	Receita Executada Receita Prevista	1,1	-12%	0,97	-16%	0,82	22%	0,998

Este indicador permite avaliar a precisão do orçamento, em relação à receita. Assim, observa-se que nos últimos três exercícios a arrecadação foi menor que o previsto. Entretanto, em 2014, praticamente se igualou.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada Receita Prevista	1,14	-3%	1,11	-7%	1,03	-3%	1,00

Já este indica o equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA.

Frise-se que os valores superiores a 1, apurados nos três exercícios anteriores, corresponde à parcela de créditos adicionais abertos.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Execução da Despesa	Despesa Executada Dotação Atualizada	0,92	-4%	0,88	-7%	0,81	4%	0,84

O objetivo do indicador de execução de despesa é avaliar a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa.

Dos resultados acima, depreende-se que houve economia orçamentária nos quatro exercícios avaliados.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Resultado Orçamentário	<u>Receita Executada</u> Despesa Executada	1,05	-5%	0,99	-2%	0,97	7%	1,03

Este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário de execução.

Como se pode observar, em 2011 e 2014 houve superávit e que os déficits registrados em 2012 e 2013 não superam 3% da receita realizada.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Execução Orçamentária Corrente	<u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	1,2	-8%	1,1	-3%	1,06	7%	1,14

Este indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. Quanto maior o seu valor, melhor é a avaliação.

Ressalta-se que os valores superiores a 1, registrados nos exercícios analisados, representam a existência de superávit orçamentário corrente.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Execução Orçamentária de Capital	<u>Receita de Capital</u> Despesa de Capital	0,07	26%	0,09	368%	0,42	-68%	0,13

Os resultados apurados no indicador de execução orçamentária de capital, nos quatro exercícios demonstram a existência de déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital.

Ressalte-se que, para a avaliação do indicador, os resultados ideais são iguais ou menores que 1, conforme os apurados.

3 Indicadores do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Financeiro Real da Execução Orçamentária	<u>Receita Orçamentária</u> Despesa Orçamentária Paga	1,05	5%	0,99	2%	0,97	7%	1,03

O indicador de Financeiro Real da Execução Orçamentária demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também as despesas.

Conforme o quadro acima, houve pequeno superávit orçamentário na execução e movimentação financeira em 2014.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Execução Extra-Orçamentária	Receita <u>Extraorçamentária</u> Despesa Extraorçamentária	1,01	0%	1,01	8%	1,09	-9%	1,00

De igual modo ao indicador anterior, este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. Assim, verifica-se que nas quatro apurações, houve superávit extraorçamentário.

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que Passa para o <u>Exercício Seguinte</u> Saldo do Exercício Anterior	1,62	29%	1,16	-3%	1,12	-2%	1,10

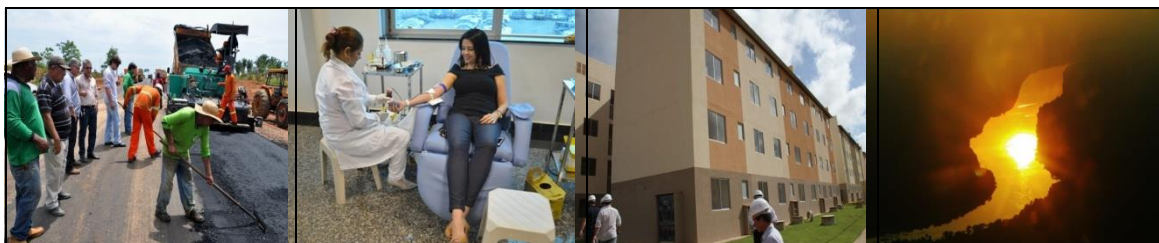
Em relação aos saldos financeiros, verifica-se que, nos quatro exercícios, foi registrado superávit financeiro, representado por valores superiores a 1.

4 Indicador das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
Resultado das Variações Patrimoniais	Total das <u>Variações Ativas</u> Total das Variações Passivas	1,1	22%	1,35	-29%	0,95	11%	1,05

No cotejo entre variações ativas e passivas, obtém-se o resultado das variações patrimoniais.

Ressalte-se que, a exceção do exercício de 2013, o Estado vem apresentando Superávit Patrimonial.

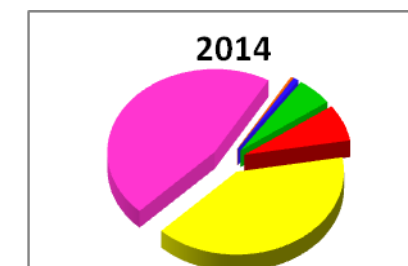
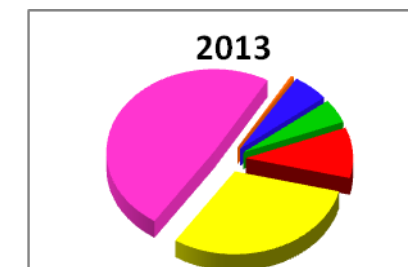
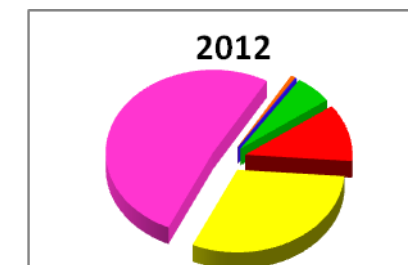
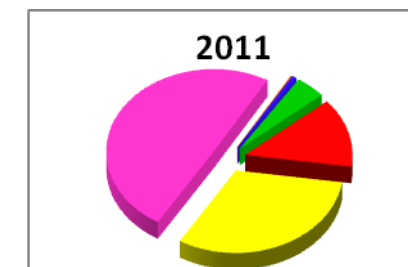
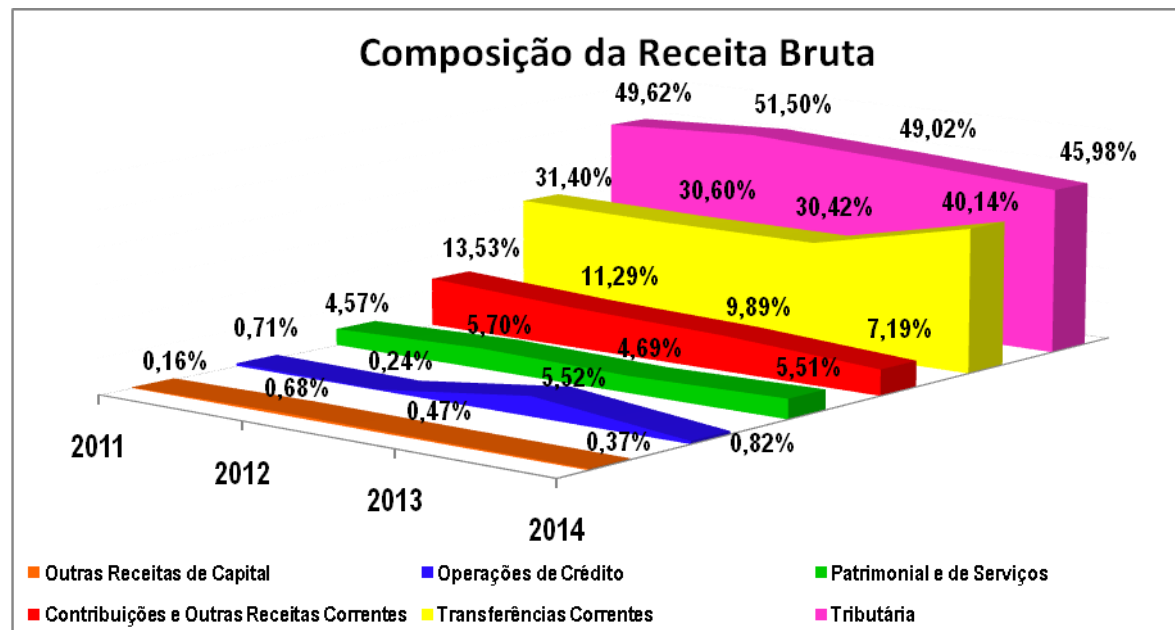


2014 INDICADORES DE GESTÃO



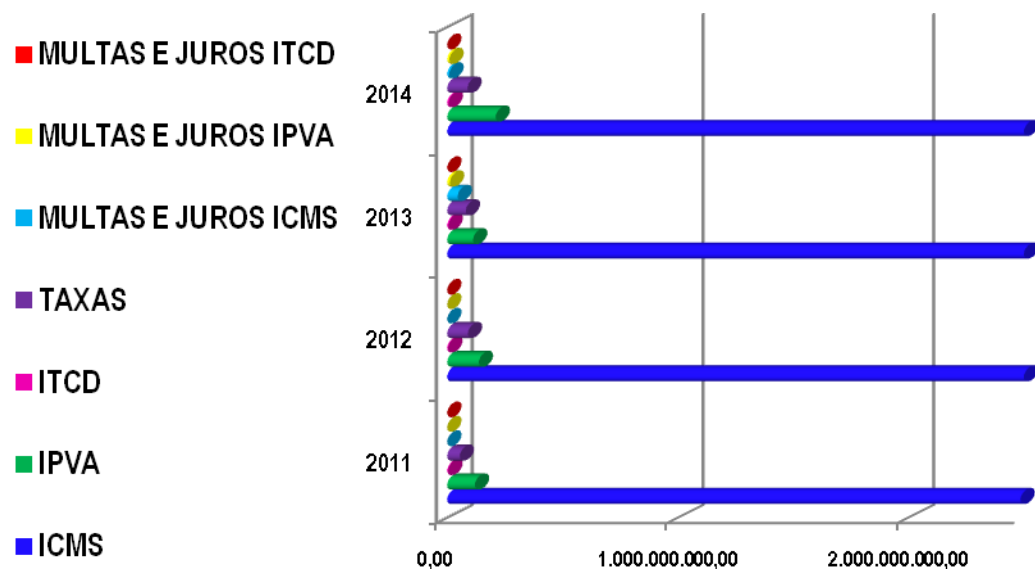
Superintendência de Contabilidade

RECEITA BRUTA

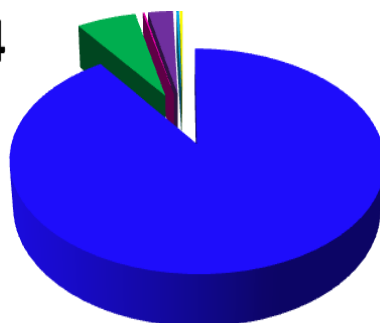


Composição da Receita Bruta	2011	2012	2013	2014
Outras Receitas de Capital	9.383.452,56	40.038.784,10	29.519.555,45	28.169.063,34
Operações de Crédito	40.600.000,00	13.912.500,00	347.328.094,06	62.379.901,51
Patrimonial e de Serviços	260.591.419,01	335.464.494,13	294.701.145,93	419.704.097,07
Contribuições e Outras Receitas Correntes	772.116.587,08	664.680.526,48	621.848.358,98	547.984.749,25
Transferências Correntes	1.792.075.874,08	1.801.799.665,71	1.913.040.139,28	3.060.421.602,08
Tributária	2.831.786.692,37	3.032.793.494,65	3.083.087.176,80	3.505.169.123,85
Receita Bruta	5.706.554.025,10	5.888.689.465,07	6.289.524.470,50	7.623.828.537,10

**RECEITA
TRIBUTÁRIA**
*Arrecadação
de Tributos Estaduais*



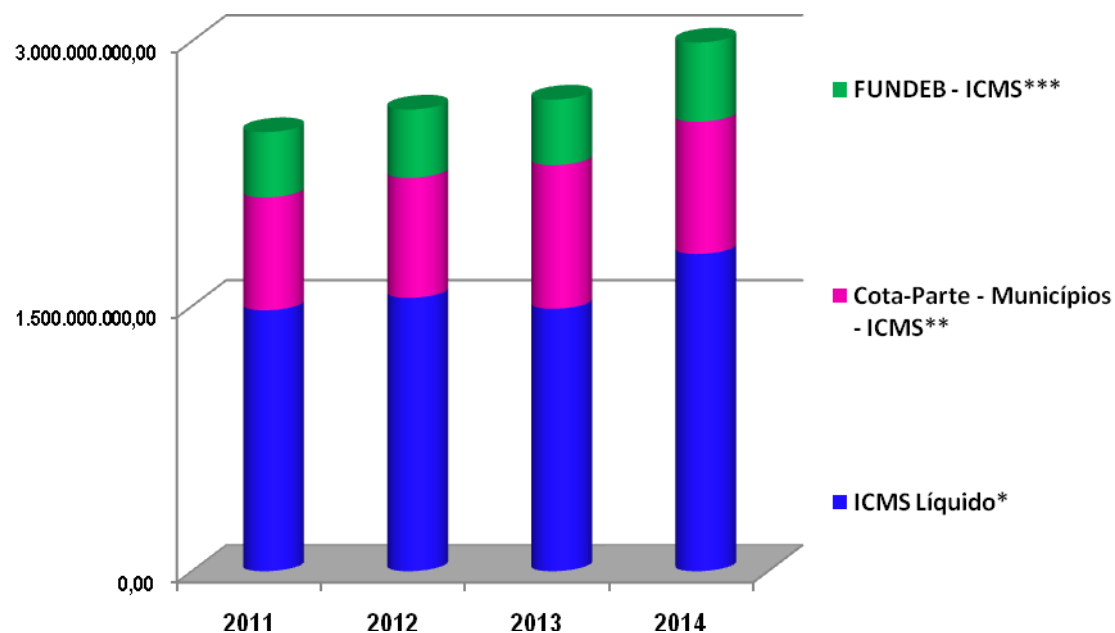
2014



RECEITA	2011	2012	2013	2014
ICMS	2.485.153.796,65	2.613.123.715,85	2.669.575.277,83	2.992.856.239,91
IPVA	119.760.294,42	137.062.742,20	112.300.002,69	210.274.304,14
ITCD	4.610.866,92	4.122.200,06	5.485.193,00	6.607.419,11
TAXAS	54.534.262,47	89.616.467,89	81.032.754,36	87.833.148,40
MULTAS E JUROS ICMS*	0	0	45.458.724,90	9.256.760,34
MULTAS E JUROS IPVA*	0	0	12.320.686,80	9.612.450,90
MULTAS E JUROS ITCD*	0	0	426.814,11	86.834,48
TOTAL	2.664.059.220,46	2.843.925.126,00	2.926.599.453,69	3.316.527.157,28

RECEITA TRIBUTÁRIA

*Comportamento da
Arrecadação do ICMS*



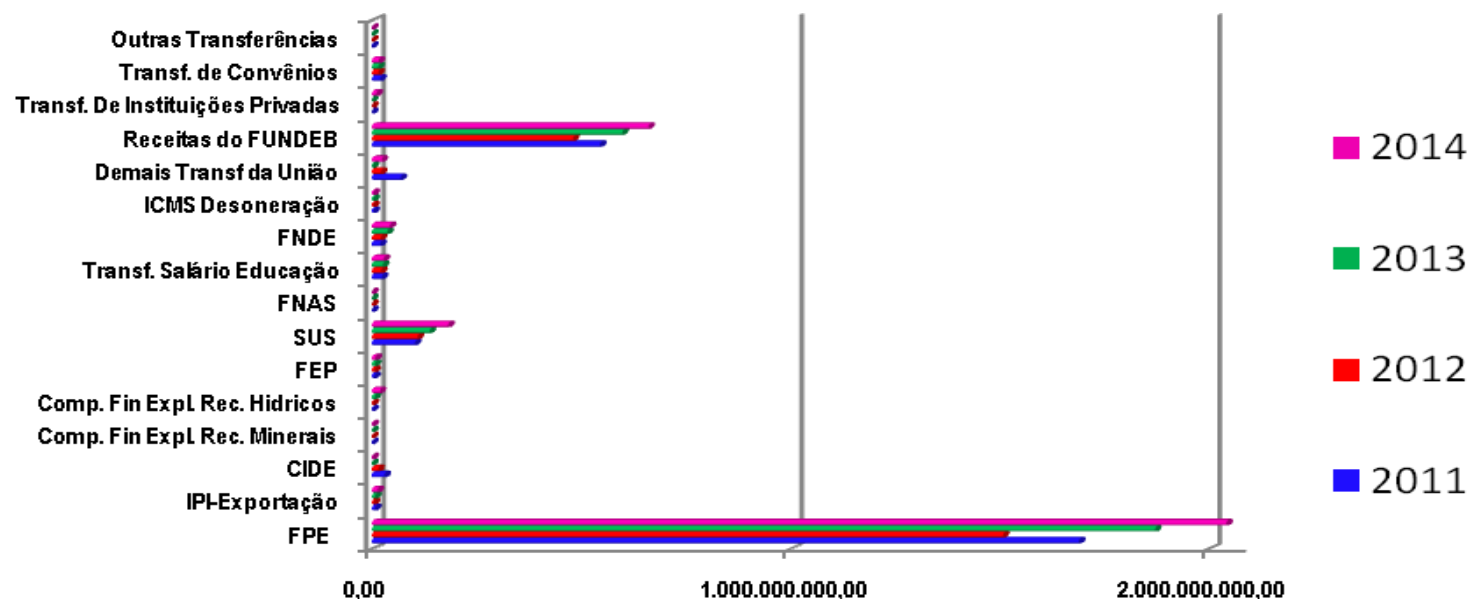
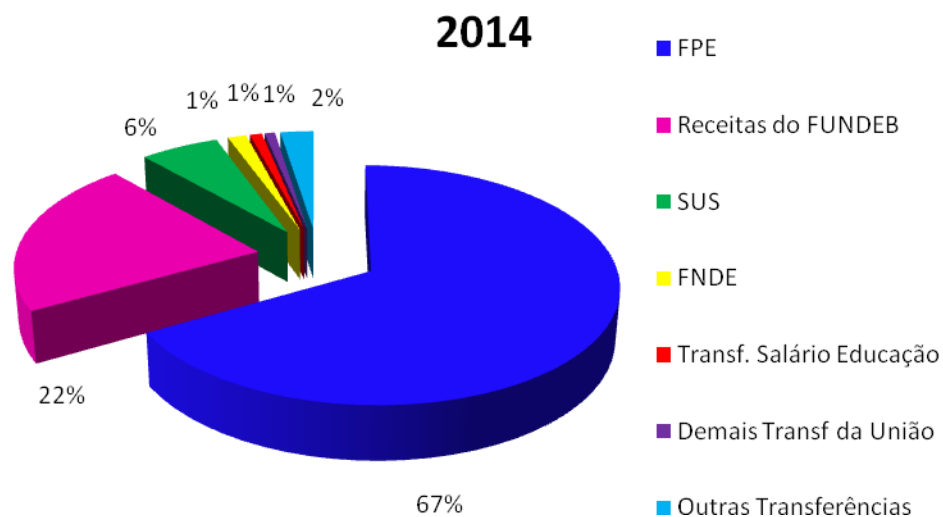
	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014
ICMS Líquido*	1.477.301.931,30	4,74%	1.547.387.123,53	-3,99%	1.485.623.964,48	20,87%	1.795.713.743,95
Cota-Parte - Municípios - ICMS**	638.526.382,52	6,32%	678.889.811,44	19,69%	812.545.272,23	-7,92%	748.214.059,98
FUNDEB - ICMS***	369.325.482,83	4,74%	386.846.780,88	-3,99%	371.405.991,12	20,87%	448.928.435,99
ICMS Bruto	2.485.153.796,65	5,15%	2.613.123.715,85	2,16%	2.669.575.227,83	12,11%	2.992.856.239,91

* ICMS Bruto - Cota Município - FUNDEB

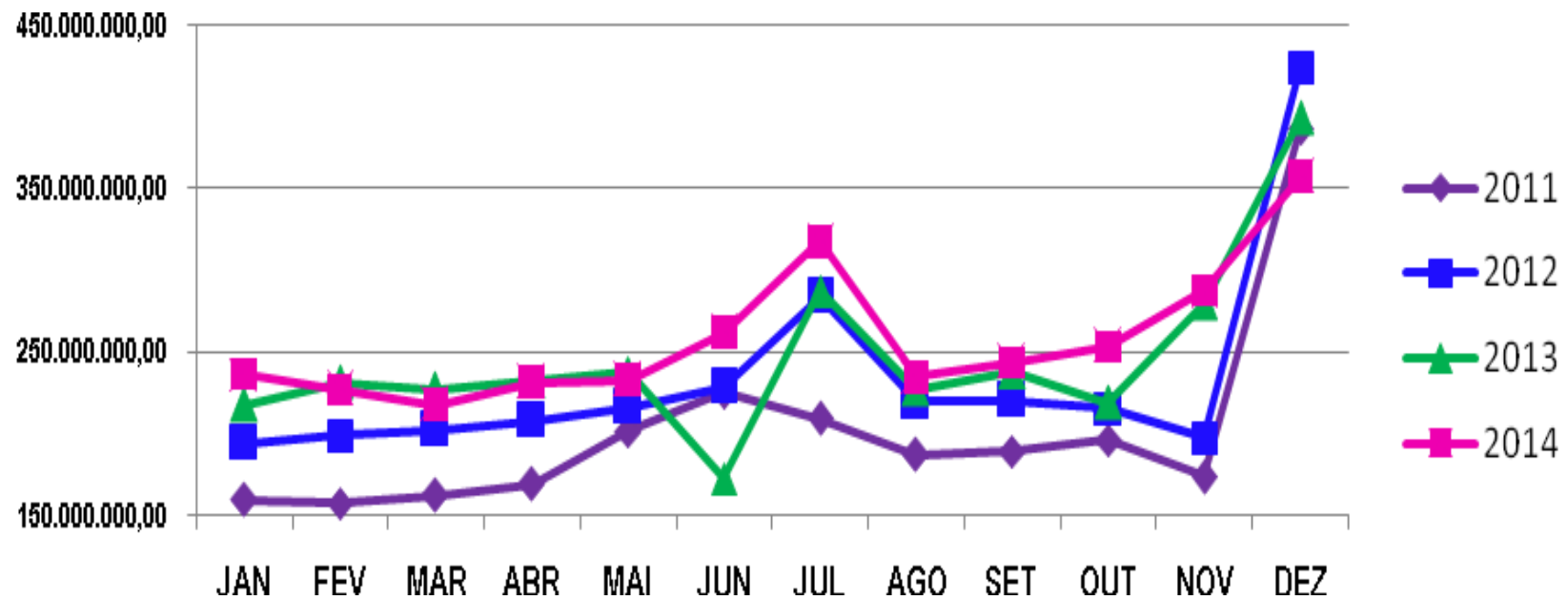
** ICMS Bruto x 25%

*** (ICMS Bruto - Cota Município 25%) x 20%

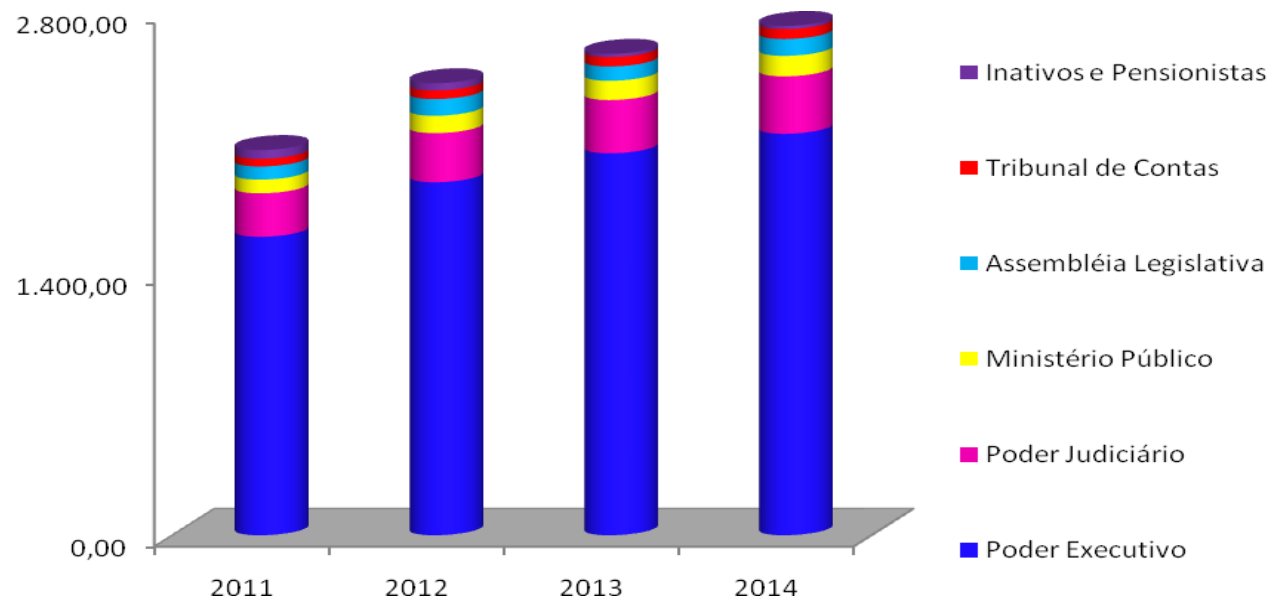
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS



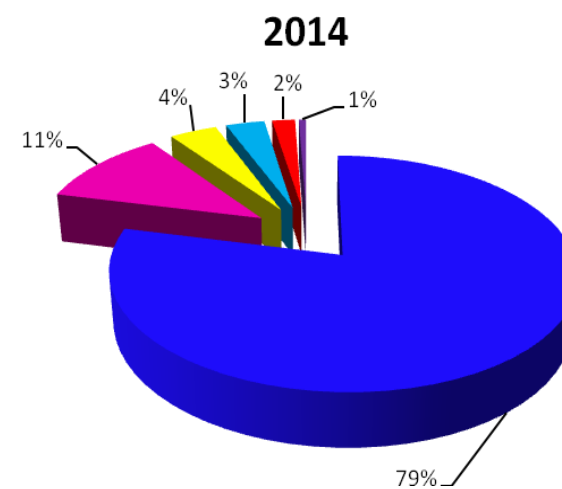
**EVOLUÇÃO DE
DESPESAS COM
PESSOAL**
Consolidado



GASTO COM PESSOAL *Sem Encargos - Poderes*



*Valores em milhões R\$



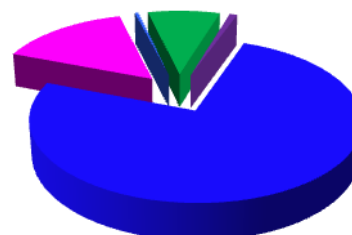
**GASTO COM
PESSOAL**
*Servidores Ativos –
Poder Executivo*

- Civis
- Militares
- Despesas do IPERON
- Autarquias
- Fundações

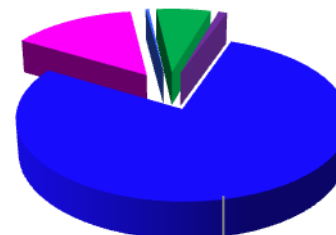
2011



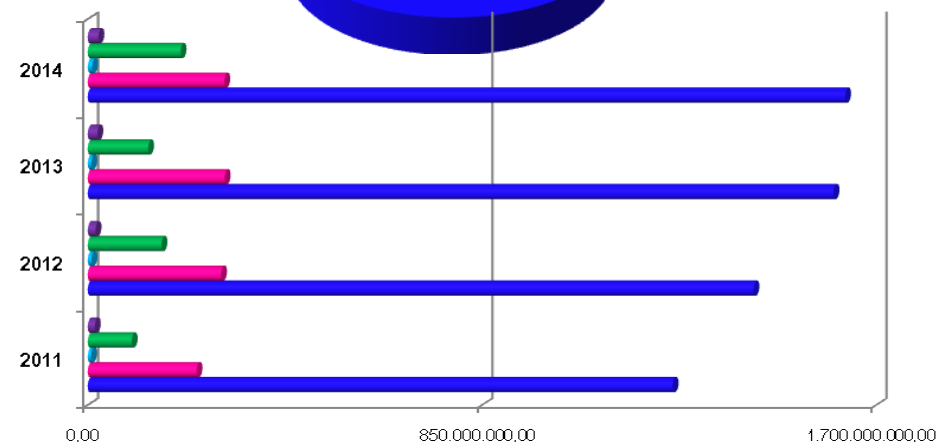
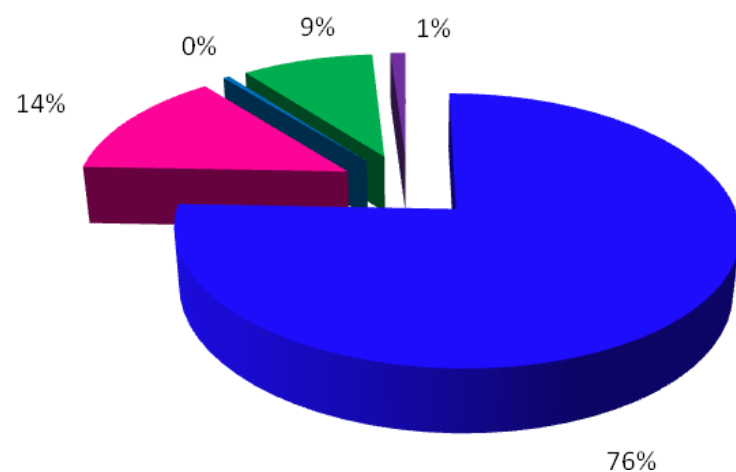
2012



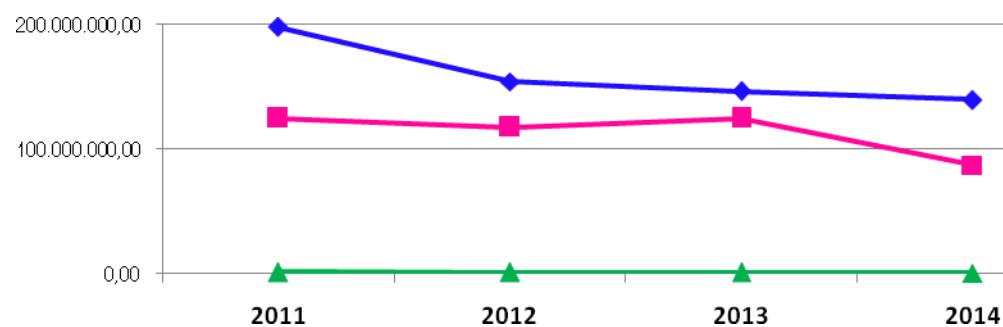
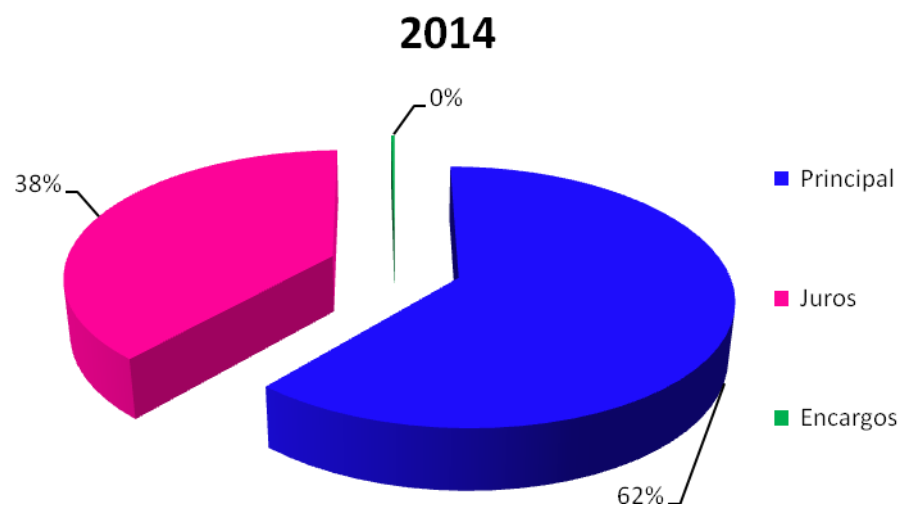
2013



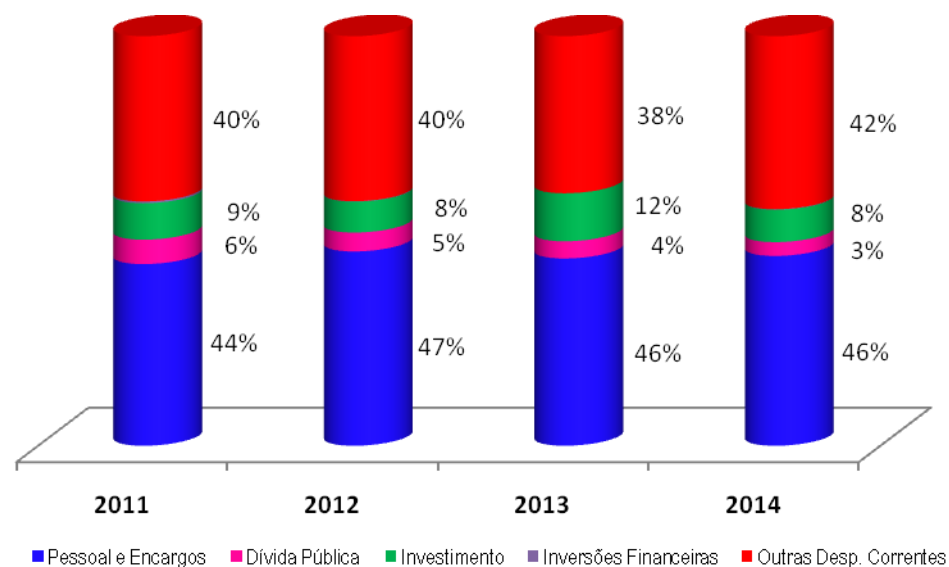
2014



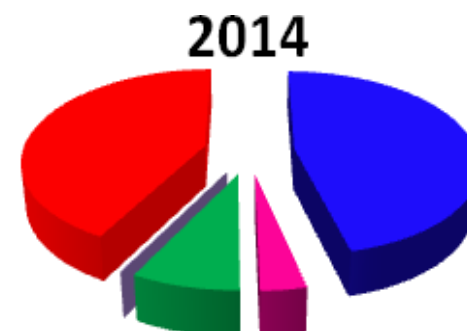
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA



ESTRATIFICAÇÃO	SERVIÇO DA DÍVIDA						
	2011	Δ %	2012	Δ %	2013	Δ %	2014
Principal	198.157.977,68	-22,20%	154.177.065,66	-5,10%	146.295.470,76	-4,58%	139.592.448,66
Juros	124.631.273,74	-5,70%	117.508.294,58	6,10%	124.677.177,10	-30,00%	87.268.242,76
Encargos	1.254.020,69	-3,00%	1.216.241,50	-4,80%	1.158.106,53	-52,18%	553.829,44
TOTAL	324.043.272,11	-15,80%	272.901.601,74	-0,30%	272.130.754,39	-16,43%	227.414.520,86



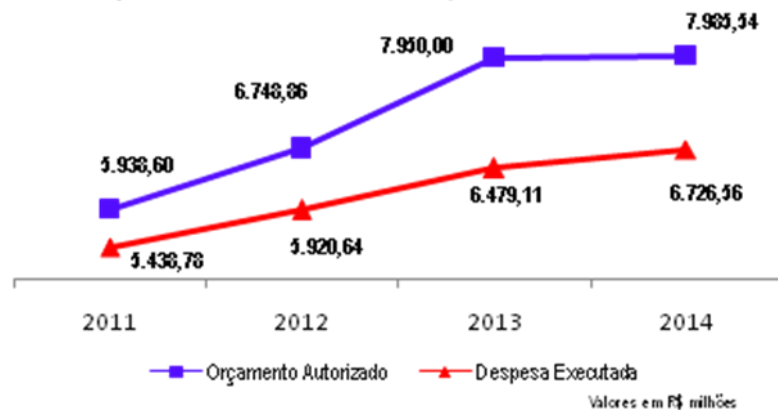
DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA *Consolidado Geral*



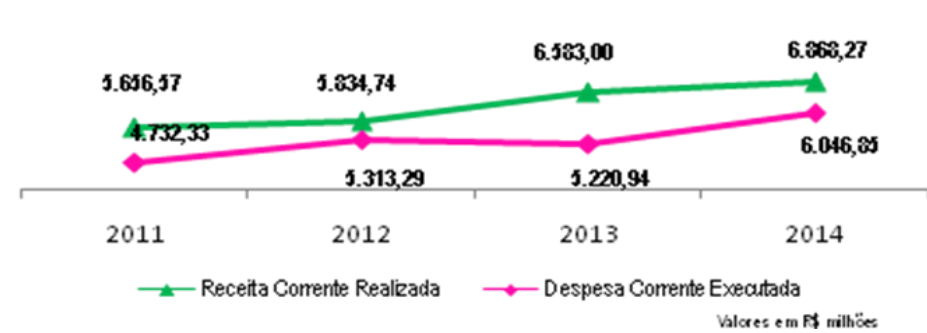
Grupo de Natureza	2011	2012	2013	2014
Pessoal e Encargos	2.412.019.392,26	2.808.473.637,69	2.961.959.019,32	3.116.787.177,91
Dívida Pública	324.043.272,11	273.297.345,80	272.623.791,77	227.414.520,86
Investimento	484.666.575,77	448.016.379,36	759.275.626,08	533.609.949,53
Inversões Financeiras	23.622.345,00	5.000.000,00	-	6.506.718,70
Outras Desp. Correntes	2.194.428.476,86	2.385.852.950,21	2.485.250.354,69	2.842.241.978,46
Total	5.438.780.062,00	5.920.640.313,06	6.479.108.791,86	6.726.560.345,46

ORÇAMENTO AUTORIZADO, RECEITA REALIZADA E DESPESA EXECUTADA

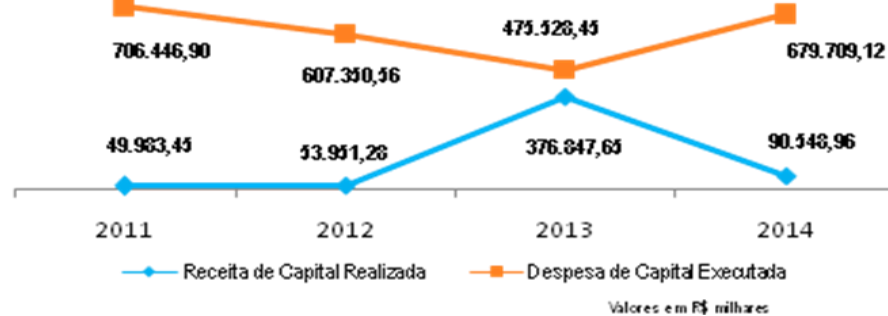
Orçamento Autorizado X Despesa Executada



Receita Corrente Realizada X Despesa Corrente Executada



Receita de Capital Realizada X Despesa de Capital Executada





2014 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Superintendência de Contabilidade

Mensagem do Contador

A apresentação do Balanço Geral do Estado, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas e à sociedade rondoniense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Rondônia, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2014 e propiciar à sociedade instrumentos de controle.

O BALANÇO GERAL agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual e consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A elaboração das demonstrações contábeis de forma consolidada permite a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade, na busca dos melhores resultados possíveis.

O Balanço Geral do Estado de 2014 estará disponível no sítio da contabilidade estadual (www.contabilidade.ro.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.ro.gov.br), em comprometimento com a transparência das contas públicas.

Ainda, cumpre registrar que, no tocante à transparência da gestão, o Estado de Rondônia, em 2013 e 2014 iniciou o desenvolvimento do site da Contabilidade e iniciou a reformulação do Portal da Transparência.

O intuito destes é disponibilizar ao cidadão informações sobre as receitas arrecadadas, despesas realizadas, consulta aos maiores fornecedores, indicadores contábeis de desempenho, despesas com pessoal, saúde, educação, diárias, metas bimestrais de arrecadação, repasses aos municípios, pagamentos de convênios, de subvenções e, ainda, consulta de pagamentos efetuados por credor, na qual será possível verificar em tempo real os pagamentos efetuados pelo Estado de Rondônia aos seus credores.

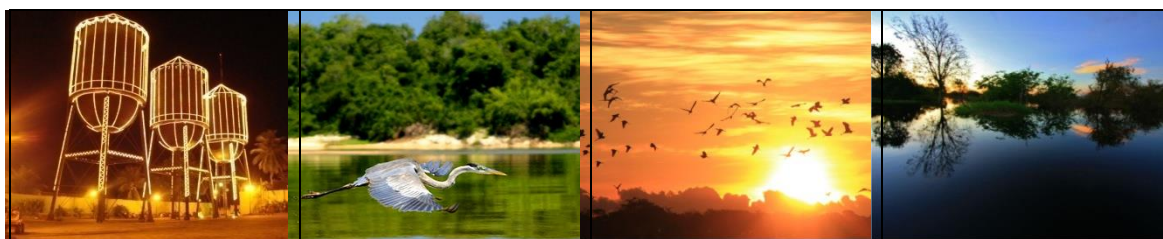
É concedida à sociedade, por meio do Portal da Transparência, a consulta de remuneração e dados funcionais dos servidores do Poder Executivo Estadual.

Estas ferramentas são importantes no sentido de auxiliar no acompanhamento e controle social da gestão pública estadual.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Rondônia de 2014 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

Agradecemos, ainda, ao Secretário de Estado de Finanças, Sr. Wagner Garcia de Freitas, seu Adjunto Franco Maegaki Ono e ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Confúcio Aires Moura, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

Superintendência de Contabilidade



2014 LEGISLAÇÃO BÁSICA



Legislação Básica

► Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989.

► Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

► Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 697/12 – Altera dispositivos da Lei Complementar n. 224, de 4 de janeiro de 2000, alterada pela Lei Complementar n. 619, de 26 de maio de 2011, cria e extingue Cargos de Direção Superior e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 154/96 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 2.623/11 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL Nº 3.496/14 - Dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II, de que trata o artigo 3º, da Lei n. 2.623, de 4 de novembro de 2011 - Plano Plurianual para o período de 2012- 2015.

LEI ESTADUAL nº 3.140/13 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 3.313/14 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014.

► Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 18.518/2014 – Estabelece o desdobramento das receitas previstas para 2014 em metas mensais e bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso financeiro anual de cotas mensais e bimestrais de dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para o exercício de 2014.

DECRETO ESTADUAL nº 18.570/2012 – Institui o Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis de Rondônia - GTCON/RO, em substituição ao Grupo instituído pelo Decreto n. 16.211/2011 e dá outras providências.

► Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 437/12 – Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, VI – Perguntas e Respostas e VII – Exercício Prático, da 5ª edição do MCASP.

PORTARIA CONJUNTA MINISTÉRIO DA FAZENDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 02/2012 – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas, da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA nº 01/CPG/SEPOG-2014– Estabelece o Quadro de Detalhamento de Dotações à nível de elemento de despesa para o exercício financeiro de 2014.

PORTARIA nº 208/GAB/SEFIN-2014 – Aprova as partes I e II do Manual de Procedimentos Contábeis Especiais do Estado de Rondônia – MPCE/RO.

► Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

► Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 13/2004/TCE-RO de 18/11/2004 - Dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais responsáveis pela Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios de Rondônia; normatiza outras formas de controles pertinentes à fiscalização orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e contábil exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 02/2013/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre a evidenciação das parcelas de receita tributária destinadas a outros entes no cálculo da receita corrente líquida.

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - IPC00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade Pública.